



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
13 e 14/05/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Prefeito de Natal se reúne com empresários para discutir revitalização da Ribeira – TRIBUNA DE NOTÍCIAS – Rio Grande do Norte – 13/05/2021
3. Prefeito de Natal se reúne com empresários para discutir a Ribeira – NOMINUTO.COM – Rio Grande do Norte – 13/05/2021
4. MPT-RN recomenda que empresas identifiquem trabalhadores com comorbidades para vacinação – MPT/RN– Rio Grande do Norte – 13/05/2021
5. Prefeito se reúne com empresários para discutir a Ribeira – PREFEITURA DO NATAL – Rio Grande do Norte – 13/05/2021
6. Álvaro recebe classe produtiva e estuda ampliação de apoio aos setores afetados pela pandemia – PREFEITURA DO NATAL – Rio Grande do Norte – 13/05/2021
7. Coluna – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 13/05/2021
8. RN é destaque em Encontro Nacional sobre Inteligência de Mercado no Turismo – TURISMO EM PAUTA – Rio Grande do Norte – 13/05/2021
9. Álvaro Dias recebe classe produtiva e estuda ampliação de apoio aos setores afetados pela pandemia – BLOG DO FM – Rio Grande do Norte – 13/05/2021
10. Prefeito de Natal se reúne com empresários para discutir revitalização da Ribeira – BLOG DO FM – Rio Grande do Norte – 13/05/2021
11. RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo – POTIGUAR NOTÍCIAS – Rio Grande do Norte – 14/05/2021

12. Álvaro recebe classe produtiva e estuda ampliação de apoio aos setores afetados pela pandemia – ELIAS JORNALISTA – Rio Grande do Norte – 14/05/2021
13. Programa 'Bem' beneficiou mais 1,5 milhão de empregos – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 14/05/2021
14. Petróleo amplia exportações no RN – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 14/05/2021
15. Arrecadação de ICMS cresce 14% e chega a R\$ 2,1 bilhões – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 14/05/2021
16. Na CPI, Pfizer reforça tese de 'gabinete paralelo' – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021
17. (ENTREVISTA) Marco Krieger, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - "Houve realmente uma frustração de expectativas" – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021
18. Anvisa aprova uso emergencial de novo tratamento – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021
19. STF impõe derrota bilionária à união em decisão sobre cálculo de PIS/Cofins – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021
20. Decisão do STF pode acelerar reforma tributária – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021
21. 'Prévia do PIB' do BC tem queda de 1,59% – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021
22. Lucro da Petrobras fica em R\$ 1,16 bi no 1º trimestre e frustra expectativas – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021
23. Vendas online dobram e levam Magalu ao lucro – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021
24. Pfizer, Wajngarten e Anvisa reforçam na CPI indícios de negligência de Bolsonaro – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 14/05/2021
25. Bolsonaro repete filho, chama Renan de vagabundo e enxerga crime na CPI – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 14/05/2021

26. Alerta, Planalto aposta na economia contra o PT – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 14/05/2021
27. STF impõe derrota para governo em causa bilionária sobre ICMS – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 14/05/2021
28. Relator retira da reforma de servidor impedimento ao acúmulo de cargos – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 14/05/2021
29. Atividade encolhe 1,59% em março com pandemia, diz BC – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 14/05/2021
30. Petrobras sai de prejuízo e lucra R\$ 1,2 bi no 1º trimestre – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 14/05/2021
31. Pandemia reduz despesas de planos de saúde, e reajuste deve ser menor – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 14/05/2021
32. GRÁFICOS

RELATÓRIO

A formação de um 'gabinete paralelo', que aconselharia o presidente da República na tomada de decisões na condução da crise sanitária, foi reforçada pelo depoimento prestado à CPI da Covid pelo presidente da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo. Segundo o dirigente, o vereador Carlos Bolsonaro, o assessor da Presidência da Assuntos Internacionais, Felipe Martins, e o ex-secretário de Comunicação Social da Presidências, Fábio Wajngarten, participaram da reunião, no ano passado, para tratar da compra de imunizantes. O tema foi destaque em todos os jornais do país nesta sexta-feira (14/05).

O representante da farmacêutica disse ainda, em seu depoimento, que a empresa fez em 2020 pelo menos cinco ofertas de doses de vacina ao Brasil. A FOLHA DE SÃO PAULO toca 'fogo no parquinho' e vai além em sua manchete: "Pfizer, Wajngarten e Anvisa reforçam na CPI indício de negligência de Bolsonaro". O GLOBO destaca que o Brasil deixou de receber, até março, 4,5 milhões de doses do imunizante da Pfizer, sugerindo omissão do governo.

Outro tema de destaque nos jornais desta sexta-feira foi a derrota do governo imposta pelo STF na causa bilionária sobre o ICMS. O Planalto queria que a medida vigorasse só a partir da decisão desta quinta-feira (13/05), mas o Supremo votou pela validade desde 2017, data do julgamento inicial que tirou o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. O valor não foi detalhado, mas, segundo o ESTADÃO, pode superar R\$ 258 bilhões.

O VALOR informa ainda que encerrada a disputa na Justiça ao menos dez grandes companhias vão poder compensar cerca de R\$ 42 bilhões em créditos tributários, conforme seus respectivos balanços. O ESTADÃO ainda alerta que há risco até de uma ação pedindo também a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/Cofins, prejudicando ainda mais a arrecadação federal. O cenário posto, pode acelerar a reforma tributária.

E depois de dez meses de recuperação, a atividade econômica voltou a recuar no Brasil, em meio à segunda onda da pandemia. O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem, indicou retração de 1,59% em março, na comparação com fevereiro. O índice, no entanto, acumula uma alta de 2,27% no 1º trimestre.

Os principais jornais do País também divulgaram o lucro da Petrobras, que ficou em R\$ 1,16 bilhão no 1º trimestre, mas frustrou as projeções de analistas, que esperavam mais diante de um cenário de explosão de preços de commodities e de

recuperação das vendas de combustíveis no Brasil. A aposta era de R\$ 4,7 bilhões. O mercado só não contava com o impacto do dólar nas despesas da estatal.

Link	http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/05/prefeito-de-natal-se-reune-com.html?m=1
------	---

PREFEITO DE NATAL SE REÚNE COM EMPRESÁRIOS PARA DISCUTIR REVITALIZAÇÃO DA RIBEIRA

Buscar uma parceria com a iniciativa privada dentro da proposta de dar vida nova à Ribeira. Foi com esse objetivo que o prefeito Álvaro Dias participou hoje de um almoço na Associação Comercial com dirigentes das entidades de classe para discutir medidas que podem ser adotadas para tornar o tradicional bairro atrativo para o comércio e o serviço locais. “O prefeito ter a vontade política de voltar seu olhar para a Ribeira é uma oportunidade que precisa ser aproveitada e o comércio de Natal deve estar disposto a dar as mãos para levar adiante essa iniciativa”, disse Schiavo Alvares, presidente da Associação Comercial.

O prefeito ouviu dos empresários propostas para atrair novos investimentos no bairro e disse estar decidido a, mesmo com a pandemia que tem atrasado muitos projetos, levar adiante essa proposta de fazer do trecho entre Ribeira-Cidade Alta-Alecrim um corredor de desenvolvimento para Natal. “Temos feito investimentos com recursos próprios desde o nosso primeiro mandato em obras como o Beco da Lama, o Espaço Ruy Pereira, a praça Gentil Ferreira, o teatro Sandoval Wanderley, e agora temos tido alguns contatos promissores no sentido de ampliar as parcerias como tivemos esta semana com a UFRN”, diz Álvaro Dias.

Para o prefeito, o caminho para recuperar e dar vida nova à Ribeira passa pela ocupação do bairro e por isso está trabalhando para levar algumas secretarias a se instalarem no bairro a fim de atrair investimentos na área comercial. “A Ribeira tem um potencial enorme na área de serviços e da cultura e queremos chamar a sociedade para ser parceira e abraçar essa ideia de recuperar aquele que é o berço da cidade”.

Depois do almoço, o prefeito foi ver como está a estrutura do antigo Grande Hotel, hoje ocupado pela Justiça Estadual, e foi até o antigo cais da Tavares de Lira, onde funciona uma pequena feira de pescados.

Participaram do almoço o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, da CDL, José Lucena, da Associação Comercial, Schiavo Alvares, e também Itamar Maciel, da Facern e o superintendente do Sebrae, Zeca Melo, além dos secretários Johan Xavier (secretaria de Governo), Dácio Galvão (Cultura), Fernando Fernandes (Turismo) e Heverton de Freitas (Comunicação).

Prefeito de Natal se reúne com empresários para discutir a Ribeira – NOMINUTO.COM – Rio Grande do Norte – 13/05/2021

Link	https://nominuto.com/mobile/noticias/natal/prefeito-de-natal-se-reune-com-empresarios-para-discutir-a-ribeira/216742/
------	---

Prefeito de Natal se reúne com empresários para discutir a Ribeira

Álvaro Dias ouviu dos empresários propostas para atrair novos investimentos no bairro.

Buscar uma parceria com a iniciativa privada dentro da proposta de dar vida nova à Ribeira. Foi com esse objetivo que o prefeito Álvaro Dias participou hoje de um almoço na Associação Comercial com dirigentes das entidades de classe para discutir medidas que podem ser adotadas para tornar o tradicional bairro atrativo para o comércio e o serviço locais.

"O prefeito ter a vontade política de voltar seu olhar para a Ribeira é uma oportunidade que precisa ser aproveitada e o comércio de Natal deve estar disposto a dar as mãos para levar adiante essa iniciativa", disse Schiavo Alvares, presidente da Associação Comercial.

O prefeito ouviu dos empresários propostas para atrair novos investimentos no bairro e disse estar decidido a, mesmo com a pandemia que tem atrasado muitos projetos, levar adiante essa proposta de fazer do trecho entre Ribeira-Cidade Alta-Alecrim um corredor de desenvolvimento para Natal.

"Temos feito investimentos com recursos próprios desde o nosso primeiro mandato em obras como o Beco da Lama, o Espaço Ruy Pereira, a praça Gentil Ferreira, o teatro Sandoval Wanderley, e agora temos tido alguns contatos promissores no sentido de ampliar as parcerias como tivemos esta semana com a UFRN", diz Álvaro Dias.

Para o prefeito, o caminho para recuperar e dar vida nova à Ribeira passa pela ocupação do bairro e por isso está trabalhando para levar algumas secretarias a se instalarem no bairro a fim de atrair investimentos na área comercial. "A Ribeira tem um potencial enorme na área de serviços e da cultura e queremos chamar a sociedade para ser parceira e abraçar essa ideia de recuperar aquele que é o berço da cidade".

Depois do almoço, o prefeito foi ver como está a estrutura do antigo Grande Hotel, hoje ocupado pela Justiça Estadual, e foi até o antigo cais da Tavares de Lira, onde funciona uma pequena feira de pescados.

Participaram do almoço o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, da CDL, José Lucena, da Associação Comercial, Schiavo Alvares, e também Itamar Maciel, da Facern e o superintendente do Sebrae, Zeca Melo, além dos secretários Johan Xavier (secretaria de Governo), Dácio Galvão (Cultura), Fernando Fernandes (Turismo) e Heverton de Freitas (Comunicação).

MPT-RN recomenda que empresas identifiquem trabalhadores com comorbidades para vacinação – MPT/RN– Rio Grande do Norte – 13/05/2021

Link	https://www.prt21.mpt.mp.br/procuradorias/prt-natal/666-mpt-rn-recomenda-que-empresas-identifiquem-trabalhadores-com-comorbidades-para-vacinacao?tmpl=component&print=1&layout=default
------	---

MPT-RN recomenda que empresas identifiquem trabalhadores com comorbidades para vacinação

Documentos objetivam garantir equidade na vacinação e proporcionar igual acesso à vacinação pública

Natal (RN), 13/05/2021 – O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte emitiu recomendações para que empresas atualizem os exames periódicos e identifiquem os trabalhadores com comorbidades, para auxiliar a vacinação desse grupo prioritário contra a covid-19. Para isso, as empresas devem contar com seus Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), médicos do trabalho designados ou médicos dos serviços sociais do Sistema S. O objetivo é que as empresas elaborem listas com os nomes dos trabalhadores elegíveis para essa etapa de vacinação prioritária.

O MPT também orienta que as empresas forneçam os meios necessários para que os trabalhadores possam se vacinar, inclusive dispensando do dia de trabalho, com abono da falta. As recomendações levam em consideração as etapas estabelecidas pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (PNO), segundo o qual após a fase de vacinação dos profissionais de saúde e dos idosos, deve ocorrer a vacinação das pessoas com comorbidades. O plano também indica uma lista dessas comorbidades, tais como a diabetes, a hipertensão arterial e as doenças renais crônicas, que deixam as pessoas mais suscetíveis ao agravamento da infecção pelo novo coronavírus.

As recomendações do MPT-RN também levam em conta que houve suspensão de exames periódicos, durante a pandemia, em função da Medida Provisória (MP) 927 e que posteriormente a MP perdeu vigência, sem que tenha sido transformada em lei. "Algumas empresas estão com os exames médicos periódicos atrasados e devem voltar a fazê-los, porque neste período da pandemia é essencial o acompanhamento da saúde ocupacional dos seus trabalhadores. Inclusive, os trabalhadores do grupo de risco já devem estar afastados e a empresa já devem saber quem são e encaminhá-los diretamente para vacinação", explica a procuradora Regional do MPT-RN Ileana Neiva, membro do Grupo de Trabalho Covid-19 do MPT.

A procuradora também esclarece que muitos desses trabalhadores já podem estar cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e serem usuários de serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) como HIPERDIA, que registra pessoas com hipertensão e diabetes, e PROSUS, que fornece medicamentos para pacientes diabéticos mais graves. "Essas pessoas, estando inscritas em programas do SUS, já estão identificadas no sistema e devem apresentar para vacinação o receituário médico com recibo da farmácia popular ou pública na qual recebem o medicamento", explica Ileana Neiva.

As recomendações foram emitidas para entidades que congregam diversos ramos empresariais no Rio Grande do Norte: Sindicato Patronal das Empresas Prestadoras de Serviço (Sinprest), Federação da Agricultura e Pecuária do RN, Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (Fetronor), Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do RN (Fecomércio) e Federação das Indústrias do RN (Fiem).

Prefeito se reúne com empresários para discutir a Ribeira – PREFEITURA DO NATAL – Rio Grande do Norte – 13/05/2021

Link

<https://www.natal.rn.gov.br/news/post/34565>

Prefeito se reúne com empresários para discutir a Ribeira



Buscar uma parceria com a iniciativa privada dentro da proposta de dar vida nova à Ribeira. Foi com esse objetivo que o prefeito Álvaro Dias participou hoje de um almoço na Associação Comercial com dirigentes das entidades de classe para discutir medidas que podem ser adotadas para tornar o tradicional bairro atrativo para o comércio e o serviço locais. “O prefeito ter a vontade política de voltar seu olhar para a Ribeira é uma oportunidade que precisa ser aproveitada e o comércio de Natal deve estar disposto a dar as mãos para levar adiante essa iniciativa”, disse Schiavo Alvares, presidente da Associação Comercial.

O prefeito ouviu dos empresários propostas para atrair novos investimentos no bairro e disse estar decidido a, mesmo com a pandemia que tem atrasado muitos projetos, levar adiante essa proposta de fazer do trecho entre Ribeira-Cidade Alta-Alecrim um corredor de desenvolvimento para Natal. “Temos feito investimentos com recursos próprios desde o nosso primeiro mandato em obras como o Beco da Lama, o Espaço Ruy Pereira, a praça Gentil Ferreira, o teatro Sandoval Wanderley, e agora temos tido alguns contatos promissores no sentido de ampliar as parcerias como tivemos esta semana com a UFRN”, diz Álvaro Dias.

Para o prefeito, o caminho para recuperar e dar vida nova à Ribeira passa pela ocupação do bairro e por isso está trabalhando para levar algumas secretarias a se instalarem no bairro a fim de atrair investimentos na área comercial. “A Ribeira tem um potencial enorme na área de serviços e da cultura e queremos chamar a sociedade para ser parceira e abraçar essa ideia de recuperar aquele que é o berço da cidade”.

Depois do almoço, o prefeito foi ver como está a estrutura do antigo Grande Hotel, hoje ocupado pela Justiça Estadual, e foi até o antigo cais da Tavares de Lira, onde funciona uma pequena feira de pescados.

Participaram do almoço o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, da CDL, José Lucena, da Associação Comercial, Schiavo Alvares, e também Itamar Maciel, da Facern e o superintendente do Sebrae, Zeca Melo, além dos secretários Johan Xavier (secretaria de Governo), Dácio Galvão (Cultura), Fernando Fernandes (Turismo) e Heverton de Freitas (Comunicação).

**Álvaro recebe classe produtiva e estuda ampliação de apoio aos setores afetados pela
pandemia – PREFEITURA DO NATAL – Rio Grande do Norte – 13/05/2021**

Link

<https://www.natal.rn.gov.br/news/post/34562>

Álvaro recebe classe produtiva e estuda ampliação de apoio aos setores afetados pela pandemia

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, recebeu na manhã desta quinta-feira (13) as reivindicações de representantes dos setores de turismo, eventos, comércio e bares e restaurantes que pleiteiam um socorro dos poderes públicos pelas dificuldades enfrentadas ao longo da pandemia. O chefe do executivo municipal disse que vai se reunir com sua equipe econômica e se comprometeu a atender as demandas dos segmentos dentro das possibilidades financeiras do Município.

Álvaro Dias destacou que o turismo é fundamental nesse processo de retomada pós-pandemia e reconheceu as dificuldades enfrentadas pelo setor em virtude da adoção das medidas restritivas para conter a pandemia do novo coronavírus. O prefeito lembrou que a gestão municipal tem feito um esforço enorme para reforçar a rede pública de saúde do município, abrindo cinco hospitais de campanha, ampliando leitos, contratando profissionais da área de saúde, distribuindo máscaras e reforçando a fiscalização do cumprimento dos decretos.

Ações

Algumas ações já foram executadas pela gestão como: a prorrogação de prazos para que o setor de hotéis e pousadas recolha o Imposto Sobre Serviços (ISS); carência no pagamento do Simples Nacional por três meses; ampliação em até 70 dias o período de pagamento do ISS para os operadores de hotelaria em Natal. Assim, o contribuinte que registrou faturamento em 1º de março, por exemplo, poderá efetuar o recolhimento do tributo até o dia 10 de maio, ao invés de recolher em abril. A norma abrange o período de apuração que vai de 1º de março a 31 de dezembro deste ano.

“A pandemia é o maior desafio que um gestor pode enfrentar e a Prefeitura de Natal tem buscado, desde o início dessa crise sanitária, agir com equilíbrio. Investimos R\$ 120 milhões a mais em saúde do que estava previsto, estamos sempre dialogando com a classe produtiva e abertos à possibilidade de contribuir com todos os setores. Já fizemos muito e quero dizer que estamos enfrentando muitas dificuldades com quedas de receitas e ampliação de responsabilidades. Tudo o que envolve abrir mão de recursos é preciso ter muito critério na análise sob pena de inviabilizar a gestão com atrasos de salários e paralisação de investimentos. Deixo aqui o meu compromisso de trabalhar para ajudar no que estiver ao nosso alcance”, comentou Álvaro.

O presidente da ABIH/RN, Abdon Gosson, agradeceu ao prefeito por receber e ouvir as demandas do setor sempre estando aberto ao diálogo franco e aberto com todas as classes. Ele aproveitou a oportunidade para fazer um apelo e pedir para que essa resposta aconteça de forma ágil: “Estamos há um ano sofrendo com os efeitos da pandemia. Representamos mais de 60% das riquezas geradas no Município, sem contar na geração de empregos. Acreditamos na sensibilidade do prefeito e esperamos ansiosos pelo anúncio de medidas de apoio e suporte aos hotéis, bares, restaurantes e todos que compõem esses segmentos”, disse.

Participaram da reunião representantes da ABIH/RN, SINDETUR/RN, ABRASEL/RN, SINGTUR/RN, SHRBS/RN, Natal Convention e Fecomércio/RN.

Link	https://agorarn.com.br/ultimas/alex-viana-crispiniano-neto-critica-ex-deputado-fabio-dantas-e-cita-gabinete-do-odio/
------	---

Elogios ao decreto

O presidente da **Fecomercio**, empresário Marcelo Queiroz, elogiou o novo decreto do governo Fátima, com a abertura gradual e progressiva do comércio. “Os avanços que o Decreto traz são de grande importância para começarmos a recuperar um segmento do nosso turismo que está enfrentando a maior crise de sua história”, disse.

Novas ações

Para Queiroz, a liberação da venda de bebidas alcoólicas e a flexibilização do funcionamento de bares e restaurantes aos domingos são passos relevantes. “O Sistema **Fecomércio** irá agora, junto com demais federações e entidades do setor produtivo, trabalhar na montagem de um plano de retomada específico para os segmentos de eventos e casas de recepção e, também, em um programa de conscientização dos empreendedores e dos clientes de bares e restaurantes para que a retomada permitida agora se dê com toda a responsabilidade que a pandemia ainda nos impõe. Afinal, os avanços precisam ser firmes e irreversíveis, o que só será possível com o comprometimento de todos nós com os protocolos e a biossegurança”.

RN é destaque em Encontro Nacional sobre Inteligência de Mercado no Turismo – TURISMO

EM PAUTA – Rio Grande do Norte – 13/05/2021

Link	http://turismoempauta.tur.br/materias/rn-e-destaque-em-encontro-nacional-sobre-inteligencia-de-mercado-no-turismo/
------	---

RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo

A ferramenta pioneira de dados turísticos do Governo do RN será apresentada em Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT)

Visando fortalecer a troca de experiências e o compartilhamento de casos de sucesso, os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte foram convidados para compartilharem suas experiências exitosas na 12ª edição do RIMT, Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo. O evento em formato virtual ocorrerá na próxima segunda-feira (17) e o sistema de informações turísticas do RN, batizado recentemente de SÍRIO, será o único em destaque fora da região Sul-Sudeste.

O público do evento contará com representantes de todos os estados da Federação, das secretarias e órgãos estaduais de turismo, do Sebrae nos Estados, que são membros da Rede, além de Ministério do Turismo, Sebrae Nacional e Embratur, que compõem seu comitê gestor. O espaço se propõe como um local de debate e discussões sobre essas soluções.

Para Leonardo Seabra, responsável pelo setor de Inteligência da Emprotur, o convite de exposição nacional representa a valorização do trabalho da Empresa de Promoção Turística Estadual. “Estarmos inseridos nessa grande rede de informação que possui como um dos propósitos colaborar para o desenvolvimento do turismo, seja em âmbito doméstico ou internacional, já é um grande legado. O evento em si é uma oportunidade de discutirmos estratégias para superarmos um dos maiores desafios da gestão do turismo no país: a disponibilidade de dados confiáveis, atualizados e relevantes; fundamentais para subsidiar a elaboração de políticas e ações no setor”, explicou.

SÍRIO

O projeto é uma parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte com o setor de inteligência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Fecomércio. O SÍRIO, como foi recentemente batizado, é a única ferramenta de gerenciamento de dados no Nordeste. O sistema busca trazer uma gestão eficiente e cada vez mais conectada, utilizando de ferramentas estratégicas para auxiliar no processo de tomada de decisão, além de ampliar a geração de inteligência de dados ligados à atividade turística, tornando disponíveis as informações para subsidiar as decisões sejam dos setores governamentais, instituições e da iniciativa privada.

Rede de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT)

A RIMT foi criada em 2016 para ser ambiente para análise de informações e compartilhamento permanente de experiências – entre os órgãos oficiais de turismo das 27 UFs e governo federal – de modo a orientar a promoção dos destinos, conforme as expectativas e tendências dos mercados. A RIMT tem como principal objetivo gerar um processo de sinergia e inteligência que permita ampliar a profissionalização do marketing turístico nos destinos brasileiros. Além de seus membros efetivos, a RIMT conta com mais de 4.000 participantes inscritos, que disseminam conteúdos e contribuem com essa rede.

**Álvaro Dias recebe classe produtiva e estuda ampliação de apoio aos setores afetados pela
pandemia – BLOG DO FM – Rio Grande do Norte – 13/05/2021**

Link	https://blog.flaviomarinho.com.br/alvaro-dias-recebe-classe-produtiva-e-estuda-ampliacao-de-apoio-aos-setores-afetados-pela-pandemia/
------	---

Álvaro Dias recebe classe produtiva e estuda ampliação de apoio aos setores afetados pela pandemia

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, recebeu na manhã desta quinta-feira (13) as reivindicações de representantes dos setores de turismo, eventos, comércio e bares e restaurantes que pleiteiam um socorro dos poderes públicos pelas dificuldades enfrentadas ao longo da pandemia. O chefe do executivo municipal disse que vai se reunir com sua equipe econômica e se comprometeu a atender as demandas dos segmentos dentro das possibilidades financeiras do Município.

Álvaro Dias destacou que o turismo é fundamental nesse processo de retomada pós-pandemia e reconheceu as dificuldades enfrentadas pelo setor em virtude da adoção das medidas restritivas para conter a pandemia do novo coronavírus. O prefeito lembrou que a gestão municipal tem feito um esforço enorme para reforçar a rede pública de saúde do município, abrindo cinco hospitais de campanha, ampliando leitos, contratando profissionais da área de saúde, distribuindo máscaras e reforçando a fiscalização do cumprimento dos decretos.

Ações

Algumas ações já foram executadas pela gestão como: a prorrogação de prazos para que o setor de hotéis e pousadas recolha o Imposto Sobre Serviços (ISS); carência no pagamento do Simples Nacional por três meses; ampliação em até 70 dias o período de pagamento do ISS para os operadores de hotelaria em Natal. Assim, o contribuinte que registrou faturamento em 1º de março, por exemplo, poderá efetuar o recolhimento do tributo até o dia 10 de maio, ao invés de recolher em abril. A norma abrange o período de apuração que vai de 1º de março a 31 de dezembro deste ano.

“A pandemia é o maior desafio que um gestor pode enfrentar e a Prefeitura de Natal tem buscado, desde o início dessa crise sanitária, agir com equilíbrio. Investimos R\$ 120 milhões a mais em saúde do que estava previsto, estamos sempre dialogando com a classe produtiva e abertos à possibilidade de contribuir com todos os setores. Já fizemos muito e quero dizer que estamos enfrentando muitas dificuldades com quedas de receitas e ampliação de responsabilidades. Tudo o que envolve abrir mão de recursos é preciso ter muito critério na análise sob pena de inviabilizar a gestão com atrasos de salários e paralisação de investimentos. Deixo aqui o meu compromisso de trabalhar para ajudar no que estiver ao nosso alcance”, comentou Álvaro.

O presidente da ABIH/RN, Abdon Gosson, agradeceu ao prefeito por receber e ouvir as demandas do setor sempre estando aberto ao diálogo franco e aberto com todas as classes. Ele aproveitou a oportunidade para fazer um apelo e pedir para que essa resposta aconteça de forma ágil: “Estamos há um ano sofrendo com os efeitos da pandemia. Representamos mais de 60% das riquezas geradas no Município, sem contar na geração de empregos. Acreditamos na sensibilidade do prefeito e esperamos ansiosos pelo anúncio de medidas de apoio e suporte aos hotéis, bares, restaurantes e todos que compõem esses segmentos”, disse.

Participaram da reunião representantes da ABIH/RN, SINDETUR/RN, ABRASEL/RN, SINGTUR/RN, SHRBS/RN, Natal Convention e Fecomércio/RN.

Link	https://blog.flaviomarinho.com.br/prefeito-de-natal-se-reune-com-empresarios-para-discutir-revitalizacao-da-ribeira/
------	---

Prefeito de Natal se reúne com empresários para discutir revitalização da Ribeira

Buscar uma parceria com a iniciativa privada dentro da proposta de dar vida nova à Ribeira. Foi com esse objetivo que o prefeito Álvaro Dias participou hoje de um almoço na Associação Comercial com dirigentes das entidades de classe para discutir medidas que podem ser adotadas para tornar o tradicional bairro atrativo para o comércio e o serviço locais. “O prefeito ter a vontade política de voltar seu olhar para a Ribeira é uma oportunidade que precisa ser aproveitada e o comércio de Natal deve estar disposto a dar as mãos para levar adiante essa iniciativa”, disse Schiavo Alvares, presidente da Associação Comercial.

O prefeito ouviu dos empresários propostas para atrair novos investimentos no bairro e disse estar decidido a, mesmo com a pandemia que tem atrasado muitos projetos, levar adiante essa proposta de fazer do trecho entre Ribeira-Cidade Alta-Alecrim um corredor de desenvolvimento para Natal. “Temos feito investimentos com recursos próprios desde o nosso primeiro mandato em obras como o Beco da Lama, o Espaço Ruy Pereira, a praça Gentil Ferreira, o teatro Sandoval Wanderley, e agora temos tido alguns contatos promissores no sentido de ampliar as parcerias como tivemos esta semana com a UFRN”, diz Álvaro Dias.

Para o prefeito, o caminho para recuperar e dar vida nova à Ribeira passa pela ocupação do bairro e por isso está trabalhando para levar algumas secretarias a se instalarem no bairro a fim de atrair investimentos na área comercial. “A Ribeira tem um potencial enorme na área de serviços e da cultura e queremos chamar a sociedade para ser parceira e abraçar essa ideia de recuperar aquele que é o berço da cidade”.

Depois do almoço, o prefeito foi ver como está a estrutura do antigo Grande Hotel, hoje ocupado pela Justiça Estadual, e foi até o antigo cais da Tavares de Lira, onde funciona uma pequena feira de pescados.

Participaram do almoço o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, da CDL, José Lucena, da Associação Comercial, Schiavo Alvares, e também Itamar Maciel, da Facern e o superintendente do Sebrae, Zeca Melo, além dos secretários Johan Xavier (secretaria de Governo), Dácio Galvão (Cultura), Fernando Fernandes (Turismo) e Heverton de Freitas (Comunicação).

RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo – POTIGUAR NOTÍCIAS – Rio Grande do Norte – 14/05/2021

Link	https://www.potiguarnoticias.com.br/noticias/48526/rn-e-destaque-em-encontro-nacional-de-dados-de-turismo
------	---

RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo

Visando fortalecer a troca de experiências e o compartilhamento de casos de sucesso, os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte foram convidados para partilharem suas experiências exitosas na 12ª edição do RIMT, Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo. O evento em formato virtual ocorrerá na próxima segunda-feira (17) e o sistema de informações turísticas do RN, batizado recentemente de Sírio, será o único em destaque fora da região Sul-Sudeste.

O público do evento contará com representantes de todos os estados da Federação, das secretarias e órgãos estaduais de turismo, do Sebrae nos Estados, que são membros da Rede, além de Ministério do Turismo, Sebrae Nacional e Embratur, que compõem seu comitê gestor. O espaço se propõe como um local de debate e discussões sobre essas soluções.

Para Leonardo Seabra, responsável pelo setor de Inteligência da Emprotur, o convite de exposição nacional representa a valorização do trabalho da Empresa de Promoção Turística Estadual. "Estarmos inseridos nessa grande rede de informação que possui como um dos propósitos colaborar para o desenvolvimento do turismo, seja em âmbito doméstico ou internacional, já é um grande legado. O evento em si é uma oportunidade de discutirmos estratégias para superarmos um dos maiores desafios da gestão do turismo no país: a disponibilidade de dados confiáveis, atualizados e relevantes; fundamentais para subsidiar a elaboração de políticas e ações no setor", explicou.

SÍRIO

O projeto é uma parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte com o setor de inteligência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Fecomércio. O Sírio, como foi recentemente batizado, é a única ferramenta de gerenciamento de dados no Nordeste. O sistema busca trazer uma gestão eficiente e cada vez mais conectada, utilizando de ferramentas estratégicas para auxiliar no processo de tomada de decisão, além de ampliar a geração de inteligência de dados ligados à atividade turística, tornando disponíveis as informações para subsidiar as decisões sejam dos setores governamentais, instituições e da iniciativa privada.

Rede de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT)

A RIMT foi criada em 2016 para ser ambiente para análise de informações e compartilhamento permanente de experiências – entre os órgãos oficiais de turismo das 27 UFs e governo federal – de modo a orientar a promoção dos destinos, conforme as expectativas e tendências dos mercados. A RIMT tem como principal objetivo gerar um processo de sinergia e inteligência que permita ampliar a profissionalização do marketing turístico nos destinos brasileiros. Além de seus membros efetivos, a RIMT conta com mais de 4.000 participantes inscritos, que disseminam conteúdos e contribuem com essa rede.

Álvaro recebe classe produtiva e estuda ampliação de apoio aos setores afetados pela pandemia – ELIAS JORNALISTA – Rio Grande do Norte – 14/05/2021

Link	https://eliasjornalista.com/alvaro-recebe-classe-produtiva-e-estuda-ampliacao-de-apoio-aos-setores-afetados-pela-pandemia/
------	---

Álvaro recebe classe produtiva e estuda ampliação de apoio aos setores afetados pela pandemia.

Postado às 21h05 • Cidade • Destaque • Nenhum comentário



(Alex Régis/Secom/Natal/Prefeitura).

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, recebeu na manhã desta quinta-feira (13) as reivindicações de representantes dos setores de turismo, eventos, comércio e bares e restaurantes que pleiteiam um socorro dos poderes públicos pelas dificuldades enfrentadas ao longo da pandemia. O chefe do executivo municipal disse que vai se reunir com sua equipe econômica e se comprometeu a atender as demandas dos segmentos dentro das possibilidades financeiras do Município.

Álvaro Dias destacou que o turismo é fundamental nesse processo de retomada pós-pandemia e reconheceu as dificuldades enfrentadas pelo setor em virtude da adoção das medidas restritivas para conter a pandemia do novo coronavírus. O prefeito lembrou que a gestão municipal tem feito um esforço enorme para reforçar a rede pública de saúde do município, abrindo cinco hospitais de campanha, ampliando leitos, contratando profissionais da área de saúde, distribuindo máscaras e reforçando a fiscalização do cumprimento dos decretos.

Ações

Algumas ações já foram executadas pela gestão como: a prorrogação de prazos para que o setor de hotéis e pousadas recolha o Imposto Sobre Serviços (ISS); carência no pagamento do Simples Nacional por três meses; ampliação em até 70 dias o período de pagamento do ISS para os operadores de hotelaria em Natal. Assim, o contribuinte que registrou faturamento em 1º de março, por exemplo, poderá efetuar o recolhimento do tributo até o dia 10 de maio, ao invés de recolher em abril. A norma abrange o período de apuração que vai de 1º de março a 31 de dezembro deste ano.

"A pandemia é o maior desafio que um gestor pode enfrentar e a Prefeitura de Natal tem buscado, desde o início dessa crise sanitária, agir com equilíbrio. Investimos R\$ 120 milhões a mais em saúde do que estava previsto, estamos sempre dialogando com a classe produtiva e abertos à possibilidade de contribuir com todos os setores. Já fizemos muito e quero dizer que estamos enfrentando muitas dificuldades com quedas de receitas e ampliação de responsabilidades. Tudo o que envolve abrir mão de recursos é preciso ter muito critério na análise sob pena de inviabilizar a gestão com atrasos de salários e paralisação de investimentos. Deixo aqui o meu compromisso de trabalhar para ajudar no que estiver ao nosso alcance", comentou Álvaro.

O presidente da ABIH/RN, Abdon Gosson, agradeceu ao prefeito por receber e ouvir as demandas do setor sempre estando aberto ao diálogo franco e aberto com todas as classes. Ele aproveitou a oportunidade para fazer um apelo e pedir para que essa resposta aconteça de forma ágil: "Estamos há um ano sofrendo com os efeitos da pandemia. Representamos mais de 60% das riquezas geradas no Município, sem contar na geração de empregos. Acreditamos na sensibilidade do prefeito e esperamos ansiosos pelo anúncio de medidas de apoio e suporte aos hotéis, bares, restaurantes e todos que compõem esses segmentos", disse.

Participaram da reunião representantes da ABIH/RN, SINDETUR/RN, ABRASEL/RN, SINGTUR/RN, SHRBS/RN, Natal Convention e Fecomércio/RN.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/programa-bem-beneficiou-mais-de-1-5-milha-o-de-empregos/510300>

Programa beneficiou mais de 1,5 milhão de empregos

« EMERGENCIAL » Mais de 1,5 milhão de acordos de suspensão de contratos e redução de jornada e salários foram assinados no BEm

A reabertura do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) já registra um total de 1,543 milhão novos acordos de suspensão de contratos ou redução de jornada e salários, de acordo com dados disponibilizados ontem pelo Ministério da Economia. Esses acordos englobam 1,515 milhão de trabalhadores e 384,6 mil empregadores.

Relançado há duas semanas, o BEm mantém as mesmas regras do programa que vigorou em 2020 e possibilita novos acordos por um período de até quatro meses. Os trabalhadores têm a garantia provisória do emprego pelo mesmo período após o fim do acordo.

Segundo a Economia, já foram firmados 638.893 acordos para a suspensão dos contratos, representando 41,39% do total.

Já os acordos para a redução de 70% da jornada e dos salários somam 458.191 (29,69%), para redução em 50% somam 293.693 (19,03%), e para redução em 25% somam 152.664 (9,89%).

Os dados mostram ainda que o setor de serviços é que o mais aderiu à reabertura do BEm até o momento, com 811.564 acordos (51,74%). Na sequência aparecem o comércio com 401.910 acordos (25,62%) e a indústria com 270.349 (17,24%).

As projeções da equipe econômica apontam potencial de 4,798 milhões de acordos pelo novo BEm. O governo banca parte da remuneração dos trabalhadores durante o período e,



AGÊNCIA BRASIL

Equipe econômica projeta que 4,7 milhões de acordos serão realizados no novo BEm

por isso, o crédito extraordinário aberto para bancar a medida é de R\$ 9,98 bilhões.

De acordo com o ministério, 2,916 milhões de trabalhadores seguiam com garantia do emprego em abril graças às adesões ao programa em 2020. Para cada mês de suspensão ou redução de jornada no ano passado, o trabalhador tem o mesmo período de proteção à sua vaga.

Em maio, 2,536 milhões de trabalhadores ainda contam com essa proteção. Foram firmados 20,155 milhões de acordos no ano passado, envolvendo 9,855 milhões de trabalhadores.

Programa

A medida provisória que viabiliza a retomada do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm), que permite a

empresas a realização de acordos para redução de jornada e salário de funcionários ou a suspensão dos contratos de trabalho foi assinada no dia 27 de abril. O programa entrou em vigor de forma imediata, com duração inicial de 120 dias.

De acordo com o governo, no ano passado o programa preservou o emprego e a renda de cerca de 10,2 milhões de trabalhadores em acordos que tiveram a adesão de mais 1,5 milhão de empresas. O benefício foi pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A retomada do BEm era uma demanda de empresários por causa do agravamento da crise econômica em decorrência da pandemia.

A redução de salários ou a suspensão dos contratos serão feitas nos mesmos moldes de

2020, segundo o governo. Os acordos individuais entre patrões e empregados poderão ser de redução de jornada de trabalho e salário apenas nos percentuais de 25%, 50% ou 70%. Como contrapartida, o governo pagará mensalmente ao trabalhador o Benefício Emergencial, que corresponde ao valor do percentual reduzido tendo como referência a parcela do seguro-desemprego a que o empregado teria direito.

Na prática, um trabalhador que tiver redução de 25% do salário receberá 25% do valor do seguro-desemprego que ele teria direito em caso de demissão, e assim sucessivamente. No caso da suspensão temporária dos contratos de trabalho, o governo pagará ao empregado 100% do valor do seguro-desemprego a que ele teria direito.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/petra-leo-amplia-exportaa-a-es-no-rio-grande-do-norte/510297>

Petróleo amplia exportações no RN

« EM ABRIL » Aumento nas exportações de petróleo levaram o Estado a ter o melhor mês de abril dos últimos cinco anos. Volume de US\$ 61,5 milhões representa crescimento de 572% em relação ao ano passado

O envio de mercadorias potiguares para o mercado internacional atingiu no mês passado o melhor resultado dos últimos cinco anos. As exportações do Rio Grande do Norte chegaram a um volume de US\$ 61,5 milhões negociados. Esse valor representa um crescimento de 572% em comparação ao mês de abril de 2020, quando as exportações somaram apenas US\$ 9,1 milhões. Significa também um aumento superior a 265% em relação ao mês anterior, já que em março o desempenho das remessas de produtos do RN não foi tão positivo, ficando em US\$ 16,8 milhões.

A alta nas exportações foi puxada principalmente pelo aumento circunstancial das remessas de fuel oil (petróleo), que, no mês, chegaram a US\$ 43,6 milhões – quase 71% do volume total exportado pelo Rio Grande do Norte em abril. Os demais produtos da pauta de exportação potiguar mantiveram-se nos níveis semelhantes a abril de anos anteriores. Os principais produtos foram melões (US\$ 2,9 milhões), produtos de origem animal (US\$ 2,6 milhões) e resíduos de cobre (US\$ 1 milhão).

O aumento atípico das exportações de petróleo, que até então não aparecia como um dos itens principais e chega ao quadrimestre com um volume expressivo, pode estar relacionado às exportações do petróleo produzido no RN. De acordo com as informações da RedePetro-RN, a produção média no Rio Grande do Norte é de 35 mil barris por dia e, como o refino de petróleo na indústria nacional está em retração e o país tem optado pela importação dos combustíveis derivados, a ten-



Petróleo não era um item importante da pauta de exportações do Estado. Sebrae vê setor com "possibilidade de negócios"

NÚMEROS

US\$ 43 mi

total de exportação de petróleo no Estado no mês passado

265%

aumento das exportações em relação a março

dência natural é que esse óleo seja exportado. No caso do RN, em abril, o produto teve como destino a Holanda e Singapura.

"Essa operação de petróleo com os mercados de Holanda e de Singapura foi atípica e muito significativa. Uma exportação de 43 milhões de dólares, que não é comum, mas mostra as possibilidades que o negócio de petróleo e gás ainda pode ter para a economia do Rio Grande do Norte", avalia o diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto.

O desempenho do Rio Gran-

de do Norte no mercado internacional em abril, integra o Boletim de Balança Comercial do RN, divulgado pelo Sebrae no Rio Grande do Norte ontem. O informativo é mensal e traz os principais dados envolvendo as exportações e importações no estado.

De acordo com a publicação, as importações em abril somaram cerca de US\$ 20,5 milhões, principalmente pela aquisição de trigo e centeio (US\$ 4,9 milhões), torres e pórticos de aço (US\$ 4,2 milhões), cloreto de vinila (US\$ 2,2 milhões) e semen-

tes de melão (US\$ 617 mil). O total importado no mês representa um crescimento de 77,4% em relação a abril de 2020, quando as importações potiguares foram de US\$ 11,5 milhões. Em comparação a março deste ano, o crescimento foi de 38%.

Por isso, a balança comercial do Rio Grande do Norte fechou o mês com um saldo superior a US\$ 41 milhões, uma variação acima de 2.000% no comparativo com abril do ano passado, quando a balança foi deficitária em US\$ 2,4 milhões. Com esse resultado, o Rio Grande do Norte

acumula até abril deste ano um total em exportação de US\$ 134,8 milhões, e US\$ 112 milhões em importações. O saldo da balança no quadrimestre é de US\$ 22,4 milhões.

Déficit em março

Já em março as exportações do Rio Grande do Norte tiveram o pior resultado do ano. Os envios de mercadorias para o mercado internacional não ultrapassaram o volume de US\$ 16,7 milhões, bem abaixo do comercializado nos dois meses anteriores, quando a margem de negociação girou acima do patamar de US\$ 27 milhões. As importações do mês também ficaram abaixo do verificado anteriormente, com valores da ordem de US\$ 14,8 milhões.

A exportação de produtos, como melões (US\$ 5 milhões), sal (US\$ 1,9 milhão), pescado (US\$ 1,1 milhão) e tecidos de algodão (US\$ 996 mil), chegou em março a US\$ 16,7 milhões. Essas cifras estão bem abaixo do que o estado comercializou em janeiro (US\$ 27,1 milhões) e em fevereiro (US\$ 29,1 milhões). Uma queda do mês foi de 52,7% comparando com o mesmo mês do ano passado.

Já as importações em março também apresentaram declínio de um mês para outro. No terceiro mês do ano, o RN importou US\$ 14,89 milhões em mercadorias, contra US\$ 15,7 milhões em fevereiro. Entre os principais produtos, estão as misturas de trigo (US\$ 3,6 milhões), coque de petróleo (US\$ 1,3 milhão) e equipamentos de circuito elétrico (US\$ 600 mil). Em relação ao mesmo mês do ano passado, as importações subiram 5,4% em março em comparação com o mesmo período de 2020.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/arrecadaa-a-o-de-icms-cresce-14-e-chega-a-r-2-1-bilha-es/510298>

Arrecadação de ICMS cresce 14% e chega a R\$ 2,1 bilhões

«IMPOSTO» ICMS foi responsável pelo repasse de R\$ 504 milhões no mês passado. No ano, a arrecadação do imposto rendeu R\$ 2,1 bilhões

As empresas que contribuem com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) foram responsáveis, no mês passado, pelo repasse de R\$ 504 milhões para os cofres do público do estado, através do recolhimento desse tributo. Com isso, o volume total de recolhimento desse imposto nos quatro primeiros meses de 2021 já é de R\$ 2,1 bilhões, que foram transferidos para o Tesouro Estadual. O montante é 14,4% maior que o arrecadado no mesmo intervalo de 2020, quando a arrecadação desse imposto foi de R\$ 1,84 bilhão.

Os dados fazem parte de um levantamento mensal feito pelo Sebrae no Rio Grande do Norte e publicado no Boletim de ICMS do RN. Disponível para consulta no site da instituição, o informativo é elaborado mensalmente pela Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae-RN, que processou as informações da Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN) e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que é composto por representantes de secretarias de fazenda e tributação de todos os estados brasileiros.

A análise do comportamento desse indicador é fundamen-



MAGNUS NASCIMENTO

Zeca Melo aponta que RN tem uma “excelente tendência” na arrecadação de ICMS este ano

tal para entender a situação econômica, já que o ICMS é o principal imposto que compõe as receitas próprias dos estados, ao lado do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD). Pelo que mostra o estudo, o valor repassado pelas empresas contribuintes de ICMS em abril é 27,5% maior que o montante recolhido em abril do ano passado, que foi de R\$ 395 milhões. Em relação ao mês anterior, o total arrecadado foi semelhante.

“Percebemos que o RN manteve, em abril, a mesma arrecada-

ção de março, assegurando uma excelente tendência, e registrou um aumento superior a 27% em comparação ao mesmo mês do ano passado, o que proporciona uma boa performance do quadrimestre em relação aos anos anteriores”, avalia o diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto.

Pelos dados divulgados pela SET-RN, todos os principais setores verificados tiveram acréscimo na arrecadação de um ano para o outro, na comparação entre abril de 2021 e abril de 2020, sobretudo o atacado, varejo, combustível e indústria.

O aumento também pode indicar uma influência da inflação. Verificando-se o total arrecadado no primeiro quadrimestre do ano, nota-se que a arrecadação de ICMS salta de R\$ 1,7 bilhão em 2017 para R\$ 2,1 bilhões neste ano. Isso representa um crescimento nominal de 23,5%, no entanto, a inflação medida nos cinco últimos anos foi superior a 18%, tomando como indexador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e adotado como parâmetro para mensurar a inflação oficial.

Na CPI, Pfizer reforça tese de 'gabinete paralelo' – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021

Depoimento. Presidente da farmacêutica na AL afirma que Carlos Bolsonaro e assessor da Presidência participaram de reunião para tratar de compra de vacina contra covid-19

Na CPI, Pfizer reforça tese de 'gabinete paralelo'





Imunizante. Carlos Murillo, presidente da Pfizer na América Latina; CEO citou nove ofertas de vacinas enviadas ao governo

Lauriberto Pompeu
Adriana Ferraz / BRASÍLIA

O depoimento prestado à CPI da Covid pelo presidente da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, reforçou a suspeita de senadores de que o presidente Jair Bolsonaro recorria a um gabinete paralelo de aconselhamento para tomar decisões sobre a condução da crise do coronavírus. Ao destacar ontem as nove ofertas de doses da vacina encaminhadas pela Pfizer, Murillo disse que overeador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), o assessor da Presidência para Assuntos Internacionais, Filipe Martins, e o ex-secretário de Comunicação Social da Presidência, Fábio Wajngarten, participaram de reunião, no ano passado, para tratar da compra de imunizantes.

O núcleo de consultoria de Bolsonaro, defensor de tratamento precoce com cloroquina – medicamento sem eficácia comprovada – e crítico do lock-

down atuou de forma paralela

ao Ministério da Saúde, que só firmou contrato com a Pfizer em março. Então presidente da empresa no Brasil à época das negociações, Murillo calculou ter feito nove propostas diferentes ao Brasil, em cinco datas, mas só a décima foi aceita. Durante três meses – de agosto a novembro –, os contatos da farmacêutica foram ignorados pelo governo brasileiro. O CEO da Pfizer, Albert Bourla, chegou a enviar uma carta a Bolsonaro e a várias autoridades brasileiras no dia 12 de setembro, mas

não obteve resposta. Ao ser questionado pelo presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), o executivo afirmou que, se o primeiro contrato com a Pfizer tivesse sido aceito, em agosto do ano passado, o País teria um total de 18 milhões de doses até junho, 4 milhões a mais do que o previsto no atual contrato. Somente em agosto, a Pfizer apresentou duas ofertas, uma de 30 milhões de doses e outra de 70 milhões.

Murillo confirmou aos senadores parte do que Wajngarten havia dito em depoimento no dia anterior. Ele relatou que, após meses tentando sem sucesso se comunicar com o governo, o ex-secretário de Comunicação da Presidência procurou a Pfizer. Durante reunião realizada no Palácio do Planalto, em novembro, Wajngarten tratava da compra de vacinas com duas representantes do departamento jurídico da empresa quando precisou sair da sala.

“Após aproximadamente uma hora de reunião, Fábio recebe uma ligação, sai da sala e retorna para a reunião. Minutos depois, entra na sala da reunião Filipe Garcia Martins, assessor de Assuntos Internacionais da Presidência da República, e Carlos Bolsonaro. Fábio explicou para Filipe e Carlos Bolsonaro os esclarecimentos prestados pela Pfizer”, relatou Murillo. Ele não estava presente, mas disse ter confirmado todos os detalhes com os representantes da companhia.

A existência de um gabinete paralelo ao Ministério da Saúde no aconselhamento do presidente já havia sido apontada pe-

los ex-ministros Nelson Teich e Luiz Henrique Mandetta em depoimentos à CPI, na semana passada. Além de Carlos Bolsonaro e Filipe Martins, são conselheiros de Bolsonaro nessa área o deputado e ex-ministro da Cidadania Osmar Terra (MDB-RS), a médica Nise Yamaguchi, defensora da cloroquina, e o tenente Luciano Dias Azevedo, pós-graduado em Medicina.

“Ele (Bolsonaro) tinha esse assessoramento paralelo”, disse Mandetta em depoimento à CPI, há dez dias. Na ocasião, o

TÓPICOS DA CPI

● Cloroquina

O ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta afirmou que Bolsonaro debateu a possibilidade de se alterar a bula da cloroquina via decreto para que constasse tratamento contra a covid-19.

● Carta sem resposta

O ex-secretário de Comunicação Fábio Wajngarten afirmou que governo ignorou por mais de dois meses oferta da Pfizer para tentar viabilizar compra de vacinas.

● Campanha

Governo federal fez a campanha “Brasil não pode parar”, que defendia a flexibilização do isolamento social.

● Dados inflados de vacinas

O ministro de Saúde, Marcelo Queiroga, reconheceu em seu depoimento que divulgou um número inflado de vacinas já contratadas pela pasta.

ex-ministro contou que Bolsonaro foi orientado a editar um decreto para mudar a bula da cloroquina e incluí-la como indicação para tratamento de covid.

Para o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), está “evidente” que Bolsonaro sempre teve um assessoramento “negacionista” na condução da crise sanitária. “Vários depoentes atestaram isso à CPI”.

“Palhaçada”. Em visita a Mació (AL), ontem, Bolsonaro chamou Renan de “falastro”. Na terra do senador, o presidente citou o depoimento de Murillo à CPI. “Acabou a palhaçada, acabou a narrativa sobre a compra ou não da vacina Pfizer no ano passado. Fechamos o contrato, há pouco com a Pfizer: em vez de ser o total de 70 milhões, fechamos em 100 milhões”, afirmou.

“É o tempo todo o pessoal enchendo ‘Cãdê a vacina?’. Eu já respondi ano passado. Até perdi a paciência, porque são vidas humanas em jogo. Tirando os países que produzem, o Brasil

está em primeiro lugar. Hoje é o quarto país que mais vacina no mundo”, afirmou. Bolsonaro disse que não podia assinar contrato com a Pfizer no ano passado porque havia “muita incerteza jurídica”.

Pelo Twitter, Carlos saiu em defesa do pai. “A todo custo tentam impedir um filho de ficar próximo do pai. Por que se sentem tão incomodados? Sei que existem pessoas que não gostam dos seus e outros “forçam” você a não gostar do seu”, escreveu. Procurado, Filipe Martins não se manifestou.

AGU vai ao STF para evitar prisão de Pazuello em CPI

Equipe jurídica do governo entra com habeas corpus para blindar ex-ministro da Saúde, que vai prestar depoimento no dia 19

Rafael Moraes Moura
BRASÍLIA

A Advocacia-Geral da União (AGU) acionou ontem o Supremo Tribunal Federal (STF) para blindar o ex-ministro da Saúde

Eduardo Pazuello em depoimento à CPI da Covid, garantir o direito ao silêncio e, inclusive, barrar qualquer possibilidade de prisão durante a fala do general da ativa aos senadores.

Para a AGU, há “justo receio da prática de ato ilegal” durante a oitiva de Pazuello à CPI, marcada para a próxima quarta-feira. O depoimento é considerado crucial para os trabalhos da comissão. Ao deixar o cargo, o general ligou sua demissão a um complô de políticos interessa-

dos em verba pública e “pixulé”.

Ao entrar com o habeas corpus preventivo no STF, a AGU não escondeu sua preocupação com o depoimento de Pazuello.

A equipe jurídica do governo apresentou três pedidos: o direito ao silêncio, para Pazuello não produzir provas contra si mesmo e somente responder às perguntas que se refiram a fatos objetivos, livrando-o “da emissão de juízos de valor ou opiniões pessoais”; o direito de ser acompanhado por advogado; e o direito de não sofrer quaisquer ameaças ou constrangimentos físicos ou morais, como a prisão.

O pedido será analisado pelo ministro Ricardo Lewandowski, que já impôs derrota ao

Planalto ao negar um pedido para afastar o senador Renan Calheiros (MDB-AL) da relatoria da comissão. A decisão deve sair hoje.

Em novembro de 2012, Lewandowski garantiu o direito ao silêncio a um cidadão alemão que se tornou alvo da CPI do Tráfico de Pessoas, instalada na Câmara dos Deputados.

Conforme revelou o **Estadão**, esta é a primeira vez que a AGU desloca uma equipe para orientar o depoimento de um ex-ministro. Pazuello já se reuniu ao menos duas vezes com advogados da AGU que estão coletando documentos sobre aquisição de respiradores e cloroquina para subsidiá-lo na comissão.

(ENTREVISTA) Marco Krieger, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - "Houve realmente uma frustração de expectativas" – ESTADÃO – São Paulo – 14/05/2021

ENTREVISTA

Marco Krieger, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz

‘Houve realmente uma frustração de expectativas’

Biólogo admite que a instituição poderia ter sido ‘mais pessimista’ em previsões de produção e entrega de vacina

José Fuca

O biólogo Marco Krieger, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é um dos principais responsáveis pela vacina contra covid-19 fabricada pela instituição. Nesta entrevista, ele responde às críticas feitas

à Fiocruz pelas seguidas revisões em suas previsões e pelos atrasos na produção e na entrega das vacinas – temas de uma reportagem publicada pelo Estadão na segunda-feira. “Houve realmente uma frustração de expectativas”, diz Krieger, fala também sobre a possível assinatura do contrato de transferência de tecnologia com a farmacêutica AstraZeneca ainda em maio e sobre o adiamento da entrega das vacinas que serão produzidas com insunso nacional de agosto para setembro ou outubro. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

● Os dados do Ministério da Saúde mostram que a Fiocruz produziu só 1 de cada 6,5 doses aplicadas até 6 de maio, se tirarmos da conta da instituição os 4 milhões de doses prontas do imunizante Oxford/AstraZeneca importadas

da Índia. Como se explica isso? Quando se levam em conta as doses, os números não são justos com a Fiocruz. Primeiro, porque incluem as duas doses já aplicadas. Como a vacina Oxford/AstraZeneca já confere com a primeira dose um nível de proteção muito grande, que se mantém por três meses, a maioria das doses foi aplicada apenas uma vez até agora. Então, as aplicações de segunda dose contabilizadas pelo ministério são quase todas da vacina (Coronavirus) do (Instituto) Butantan (aplicada com intervalo recomendado de 21 dias entre doses).

Na verdade (se você considerar só a primeira dose), a participação da Fiocruz chega a 30% do total (1 a cada 3,3 doses aplicadas). Além disso, se você tira da conta da Fiocruz as doses prontas (de AstraZeneca) importadas da Índia, tem de tirar também as (6 milhões de) doses prontas (de Coronavirus) importadas (da China) da conta do Butantan. Se você torturar os números, pode tirar diferentes informações.

● Cronograma

“Talvez tivesse sido melhor ter dito que a gente iria entregar tudo em junho deste ano e começado a entregar em março?”
“A expectativa é iniciar a produção de vacina com IFA nacional em maio, mas a liberação só deve começar em setembro ou outubro”

● Mesmo que a gente tire da conta do Butantan as doses prontas importadas, isso só vai alterar a fatia deles. A participação da Fiocruz no total continuará a mesma, de 1 a cada 6,5 doses. Em termos de doses está bem correto. É isso mesmo. Em termos de pessoas vacinadas, muda um pouco, mas aí pode ser que eu esteja puxando o raciocínio para o nosso lado. Uma coisa importante, na qual a gente sempre pensou, é que a vacina produzida pelo Fiocruz protege as pessoas rapidamente. Isso também tem de ser considerado.

● De janeiro a abril, a Fiocruz produziu 22,5 milhões de doses, menos da metade das 50 milhões prometidas. O que houve? Realmente, tivemos algumas intercorrências frente a expectativas que tínhamos. Algumas não se cumpriram, porque alguns cenários nos quais se baseavam não se concretizaram. Inicialmente, a Fiocruz colocou que as bases do acordo com a AstraZeneca previam o recebimento de matéria-prima entre dezembro e janeiro. Mas só recebemos os primeiros lotes em fevereiro. Agora, não me lembro bem desse número de 50 milhões de doses até abril. Mas, tudo bem, isso deve ter sido falado.

● Alguns cientistas e médicos dizem que a Fiocruz deveria ter adotado uma postura mais conservadora nas previsões, para não gerar falsas expectativas.



Carga pesada. Projeção é 60 milhões de doses em outubro

Como o senhor vê essas críticas?

Entendo que houve frustração de expectativas. Só que, se a gente não tivesse esse arrojo de avançar no projeto em junho de 2020, quando nem se sabia se havia vacina, não estaria na situação em que está. Agora, entendendo o ponto que você menciona e tenho de assumir essa responsabilidade. Talvez a gente pudesse ter sido mais pessimista. Talvez tivesse sido melhor ter dito que iria entregar tudo em junho des-

te ano e começado a entregar em março. Mas a gente se baseou nas informações que tinha.

● Há uma previsão de entrega de 100,4 milhões de doses produzidas com IFA (Insunso Farmacêutico Ativo) importado da China até julho. Ela será cumprida? A gente deve receber todo o IFA necessário até junho, mas leva um mês para liberar a vacina. Hoje, já está no Brasil o equivalente a 48 milhões de doses. Desse total, mais de 30 de milhões já fo-

ram entregues e tem mais 20 milhões para entregar. Estamos com metade do produto aqui, mais parte da outra metade chegando neste mês. Isso nos deixa com confiança de que, em julho, estaremos bem próximos do nosso compromisso. Os lotes que faltam já estão produzidos e só não foram liberados porque ficam em controle de qualidade.

● A Fiocruz se comprometeu a entregar 110 milhões de doses com IFA nacional no segundo semestre. Mas a assinatura do contrato de transferência de tecnologia ainda não saiu. Como isso pode afetar o cronograma? Na pandemia, como há um componente de saúde global, houve um tratamento diferenciado das duas partes em relação à informação. Temos grupos técnicos discutindo detalhes da tecnologia desde agosto. Por isso, até agora, a não assinatura do contrato não teve impacto, mas essa situação tem de ser resolvida, porque senão vai afetar. A prioridade agora é fechar o contrato em maio.

● Inicialmente, o compromisso da Fiocruz era entregar essas doses a partir de agosto, mas já

se fala em setembro e até em outubro. Isso vai comprometer a meta do 2º semestre? Se tudo der certo, a expectativa é de começar a produzir ainda em maio, mas as vacinas não poderão ser liberadas antes da alteração do local de fabricação do nosso registro sanitário. Então, estamos trabalhando com a perspectiva de iniciar a liberação em setembro ou outubro. Isso não quer dizer que só vamos começar a produzir em outubro. Tudo que tivemos produzido até lá será liberado quando a gente tiver o registro. Serão 60 milhões de doses no total, o equivalente a uma produção de 15 milhões por mês de junho a setembro.

NA WEB

Leia a entrevista completa de Marco Krieger, da Fiocruz, em estadao.com.br

Anvisa aprova uso emergencial de novo tratamento

Combinação de duas drogas, já em uso nos EUA, é autorizada só para hospitais e com prescrição médica

João Ker

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem, por unanimidade, o uso de dois medicamentos, os anticorpos monoclonais banlavitimabe e etesevimabe, para o tratamento de pacientes do coronavírus no País. A decisão foi anunciada durante reunião extraordinária e tem caráter emergencial, com autorização temporária para atender às demandas da pandemia.

Os anticorpos associados são indicados para adultos e pacientes pediátricos, acima dos 12 anos e com mais de 40 quilos, com infecção comprovada em laboratório e que estejam no grupo de alto risco para a doença (comorbidades, idade avançada, obesidade etc.). A Anvisa frisou, entretanto, que o tratamento não deve ser administrado em pacientes que já estejam com quadro grave da doença, pois isso poderia "piorar o desfecho clínico".

Produzidos pela empresa Eli Lilly do Brasil Ltda., esses medicamentos são indicados logo após a identificação do corona-

virus no organismo e até dez dias após o início de sintomas. A Anvisa também reforçou que o uso é restrito a hospitais, sob prescrição médica, e não pode ser comercializado em farmácias. De acordo com o estudo clínico apresentado à agência, o tratamento reduz em até 70% o risco relativo da covid-19.

A posologia indicada é de 700 mg do banlavitimabe e 1.400 mg do etesevimabe, administrados em infusão intravenosa (solução aplicada na veia). Ainda não há, entretanto, dados que garantam a eficácia e segurança do tratamento em pacientes menores de 18 anos ou gestantes. O uso em crianças deve ser feito com base em avaliações de farmacocinética.

Também não há comprovação de segurança ou eficácia do tratamento contra a variante P.1, identificada inicialmente em Manaus. Ainda assim, a agência indicou que as informações presentes até o momento são "satisfatórias" para o uso nesse caso.

Autorizado no exterior. O tratamento foi autorizado ainda em fevereiro pela agência reguladora dos Estados Unidos, a Food and Drug Administration (FDA). Em março, ele também recebeu parecer positivo do Comitê de Medicamentos para Uso Humano (CHMP, na sigla original), da Agência Europeia



Anticovid. Anvisa admite uso de banlavitimabe e etesevimabe sob 'risco controlado'

• Riscos manejáveis
"A decisão da Anvisa é sustentada pela ponderação dos potenciais benefícios para a saúde pública, comparados a eventuais riscos decorrentes da atuação sanitária. Os riscos parecem ser manejáveis."

Meiruze Freitas
DIRETORA DA ANVISA

de Medicamentos.

Este é apenas o terceiro tratamento que a Anvisa aprova para o combate à covid no País. Em março, a agência admitiu o uso do remdesivir em pacientes do coronavírus. No mês seguinte, também deu o sinal positivo para a combinação de dois outros anticorpos monoclonais – casirivimabe e imdevimabe.

Em seu voto, Meiruze Sousa Freitas, diretora da Anvisa, des-

tacou que ainda não há registro definitivo para os medicamentos e que ainda é necessário continuar com os estudos a respeito de seus potenciais efeitos ou contraindicações. "Durante essa emergência de saúde pública, a autorização temporária de uso emergencial é um instrumento regulatório para fomentar tempestivamente a oferta de opções terapêuticas, mesmo em face de um produto em de-

envolvimento clínico", explicou a diretora.

"A decisão da Anvisa", acrescentou, "é subsidiada e sustentada pela ponderação dos potenciais benefícios para a saúde pública, em comparação com os eventuais riscos decorrentes da atuação sanitária". Ainda de acordo com ela, os dados apresentados mostraram que a combinação dos medicamentos não revelou complicações graves. Daí se chega à avaliação de que "os riscos parecem ser manejáveis".

Como funciona. A combinação dos anticorpos monoclonais banlavitimabe e etesevimabe atua bloqueando a ligação da proteína spike do coronavírus aos receptores humanos e, conseqüentemente, impedindo a entrada do vírus e a sua replicação nas células humanas. O tratamento, entretanto, não é indicado para a prevenção da doença nem para casos graves.

Em março, o governo dos Estados Unidos fechou contrato para uma compra inicial de 100 mil doses da combinação dos remédios, pelo preço de US\$ 2.100 cada dose (cerca de R\$ 11,1 mil, com a cotação de ontem do dólar).

Ainda de acordo com a Anvisa, a aprovação do uso emergencial desse tratamento no Brasil infere que ele seja, preferencialmente, incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Por outro lado, nada impede que ele venha a ser utilizado também na rede privada.

Decisão do STF pode acelerar reforma tributária

Há risco de que uma ação pedindo também exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/Cofins prejudique ainda mais arrecadação federal

Ídiana Tomazelli
Anne Warth / BRASÍLIA

A consolidação da tese do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS/Cofins, reduzindo a arrecadação federal, deve ampliar a pressão para que outra ação semelhante, que trata do ISS (imposto sobre serviços, que é municipal), volte à pauta da Corte. O risco de um desfalecimento do governo, por sua vez, deve mobilizar a equipe econômica para tentar acelerar a reforma tributária no Congresso Nacional e evitar um agravamento das contas, que já terão déficit próximo a R\$ 300 bilhões, considerando o peso das medidas emergenciais.

Nos últimos dias, cresceram as articulações em torno da definição de um nome para a relatoria de uma das "fatias" da reforma definidas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em alinhamento com o time do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast Político*, o deputado Luis Miranda (DEM-DF) está sendo cogitado como relator da parte da reforma que tratará dos tributos sobre consumo e renda. Seria basicamente a unificação de PIS e Cofins na chamada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), embora uma ala do Congresso queira emplacar também a redução do Imposto de Renda das empresas e a cobrança de IR sobre lucros e dividendos distribuídos à pessoa física.

Apesar de ser do mesmo partido do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (RJ), o parlamentar se aproximou de Lira ainda durante a campanha do alagoano para o comando da Casa e ajudou na busca de votos para cegá-lo.

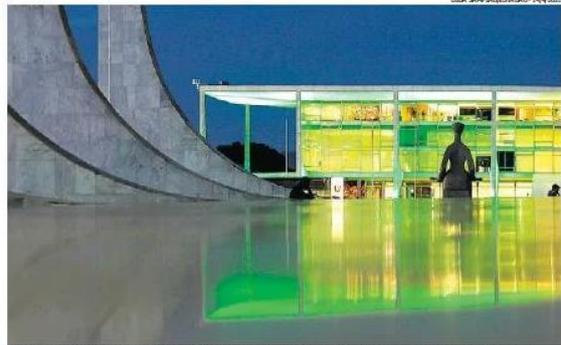
Aliados de Lira têm defendido o nome de Miranda para o posto, embora sua indicação não seja unanimidade. A interlocutores, o deputado do DEM tem narrado conversas com o presidente da Câmara desde janeiro para que ele assumisse a função. Técnicos do Congresso veem com bons olhos a nomeação de Miranda, dado seu conhecimento sobre o tema.

unificação do PIS/Cofins."

Por outro lado, o fim do julgamento sobre o ICMS deixou o terreno pronto para que outras ações desse tipo voltem à pauta. É o caso da ação que pede a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/Cofins, que pode resultar em perda de R\$ 32,3

bilhões em cinco anos para a União.

Para a advogada Paula Las Heras, sócia-fundadora da LLH Advogados, a decisão sobre o ICMS abre precedente para que ISS e demais tributos incidentes sobre a receita sejam descontados da base de



Brecha. Fim do julgamento no STF abre espaço para que outras ações voltem à pauta

cálculo do PIS/Cofins. Isso ampliaria o problema para as contas da União. "Estamos mais convencidos de que a modula-

ção (no caso do ISS) seguirá a mesma linha. Só valerá para quem entrou até o julgamento da exclusão do ISS da base de

PIS e Cofins, ou do PIS e Cofins das próprias bases de cálculo, ambos sem data definida de julgamento", disse.

INVESTIR É UMA CIÊNCIA DE PRECISÃO.
OS MELHORES INVESTIDORES SABEM USAR
A TECNOLOGIA A FAVOR DA PERFORMANCE.



FUNDO SAFRA
MAXWELL
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

FUNDO MAXWELL
297,24%
do CDI nos últimos
12 meses

'Prévia do PIB' do BC tem queda de 1,59%

Resultado reflete avanço da covid-19; índice acumula uma alta de 2,27% no 1º trimestre

Fabrizio de Castro / BRASILIA

Após dez meses de recuperação, a atividade econômica voltou a recuar no Brasil, em meio à segunda onda da pandemia de covid-19. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem, indicou retração de 1,59% em março, na comparação com fevereiro. O percentual já leva em conta os ajustes sazonais, o que permite a comparação entre os meses.

Foi a primeira queda da atividade desde abril do ano passado, no início da primeira onda da pandemia. Naquele mês, o IBC-Br havia despencado 9,82%, influenciado pelas restrições de circulação em várias cidades do País e pelo fechamento de milhares de empresas. Desde então, a atividade econômica vinha reagindo no Brasil, tendo acumulado alta de 18,76% de abril do ano passado a fevereiro de 2021.

A guinada verificada em março deste ano, como indicou o

IBC-Br, é influenciada pela segunda onda de covid-19, que voltou a provocar lockdowns em diversas cidades do País. O fechamento do comércio em diferentes períodos foi uma reação de prefeitos e governadores à reaceleração do contágio e das mortes por covid-19. Ao mesmo tempo, o Brasil segue apresentando números limitados de vacinação.

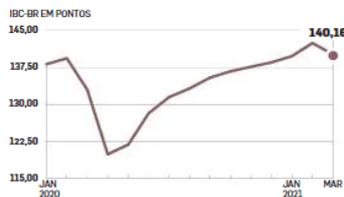
Medido em pontos, o IBC-Br passou de 142,43 pontos em fevereiro para 140,16 pontos em março de 2021, na série com ajustes sazonais. A baixa de 1,59%, no entanto, já era esperada pela maior parte do mercado financeiro. Analistas consultados pelo Projeções Broadcast projetavam o IBC-Br em março entre um recuo de 4,50% e um avanço de 0,30%. A mediana das projeções indicava queda de 3,30% – um percentual até maior que o verificado.

Nos últimos meses, membros da equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro já vinham afirmando que, em função da segunda onda, o Brasil apresentaria novamente uma retração da atividade no primeiro semestre do ano.

Vacinação. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem defendido que a economia tende a reagir no segundo semestre deste ano, à medida que a vacinação avançar.

GUINADA

● Após alta nos últimos meses, atividade econômica volta a recuar em março sob efeito da segunda onda de covid-19



*ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL COM AJUSTE SAZONAL, O QUE PERMITE A COMPARAÇÃO COM OS MESES ANTERIORES

FONTE: BANCO CENTRAL

● Altas e baixas

3,37%

foi a retração do IBC-Br nos 12 meses encerrados em março

18,76%

havia sido a alta acumulada de abril de 2020 a fevereiro

Os números da imunização, no entanto, ainda são contidos.

Faltando menos de dois meses para o fim do primeiro semestre, dados do consórcio de

empresa mostram que apenas 8,8% da população recebeu as duas doses da vacina contra covid-19. Os brasileiros que receberam pelo menos a primeira dose são 17,5% do total.

Conhecido como uma espécie de 'prévia do BC para o PIB', o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção anual do BC para o PIB em 2021 é de alta de 3,6%, após a retração de 4,1% em 2020.

Os economistas do mercado financeiro, no entanto, já demonstram certo pessimismo.

2,27%

FOI QUANTO SUBIU O IBC-Br SEM AJUSTE SAZONAL NO ACUMULADO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021. RESULTADO FOI FAVORECIDO PELO DESEMPENHO DA ATIVIDADE EM JANEIRO E FEVEREIRO, ANTES DA SEGUNDA ONDA SE INTENSIFICAR

3,6%

É A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO BANCO CENTRAL PARA O PIB EM 2021. MERCADO FINANCEIRO TEM PROJEÇÕES MAIS PESSIMISTAS

INFORMAÇÕES

No Relatório de Mercado Focus, que traz a compilação das expectativas do mercado financeiro, a projeção para o PIB em 2021 é de alta de 3,21% – menos que o esperado pelo BC.

Por enquanto, em função do desempenho visto em janeiro e fevereiro – quando a segunda onda da pandemia ainda não havia provocado tantos efeitos negativos sobre a economia –, o IBC-Br acumulou alta de 2,27% no primeiro trimestre de 2021, na série sem os ajustes sazonais. Nos 12 meses até março, porém, o indicador apresenta retração de 3,37%.

Paulo – 14/05/2021

Balanco. Embora o resultado tenha revertido o prejuízo que a companhia teve no mesmo período de 2020, por causa dos efeitos da pandemia de covid-19, ganhos de janeiro a março vieram abaixo da média das previsões do serviço 'Prévias Broadcast', de R\$ 4,7 bilhões

Lucro da Petrobrás fica em R\$ 1,16 bi no 1º trimestre e frustra expectativas

Fernanda Nunes
Denise Luna | RIO
Wagner Gomes | SÃO PAULO

Em um cenário de explosão de preços de commodities e de recuperação das vendas de combustíveis no Brasil, a Petrobrás fechou o primeiro trimestre com lucro de R\$ 1,16 bilhão. O balanço frustrou as projeções de analistas. Eles apostavam em lucro de R\$ 4,7 bilhões, segundo prévia do Estadão/Broadcast elaborada com base em seis casas – Bradesco BBI, BTG Pactual, UBS, XP Investimentos, Santander e Itau BBA.

O mercado não contava com o impacto do dólar nas despesas financeiras da estatal. "O primeiro trimestre do ano passado foi atípico, com o início da pandemia, e eu espero agora um re-

● **Resultado operacional**
R\$ 48,94 bi
foi a geração de caixa da Petrobrás, medida pelo Ebitda – resultado em linha com expectativas de analistas

sultado melhor. Pelo lado do refino e do mercado de derivados vimos uma coisa boa. No financeiro, no entanto, os números foram menores", disse o sócio fundador da consultoria Maxi-Quim, João Zunedda.

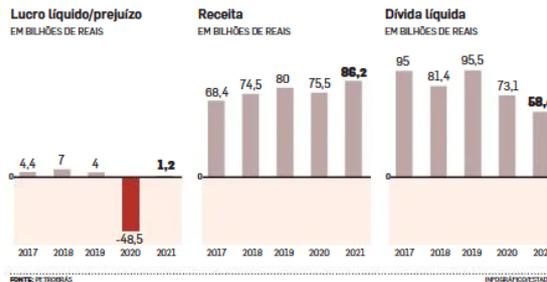
A resiliência do agronegócio garantiu o crescimento da venda de óleo diesel, enquanto o afrouxamento das medidas de isolamento manteve o comércio de gasolina. A Petrobrás ainda conseguiu aumentar sua participação nos mercados dos dois combustíveis para 73%.

O lucro do primeiro trimestre deste ano contrasta com o prejuízo de R\$ 48,5 bilhões de 2020, quando a pandemia de covid-19 derrubou a cotação do petróleo e também o consumo de derivados no Brasil.

Diante das perspectivas pessimistas com o comportamento da commodity ao longo do ano, a Petrobrás fez uma série de baixas contábeis de seus ativos ao prever que o barril do petróleo ficasse negociado a cerca de US\$ 30. As apostas, no entanto, não se concretizaram, e a empresa fechou o ano passado com lucro trimestral recorde de R\$ 59,89 bilhões.

EVOLUÇÃO

● Comparação do desempenho da Petrobrás para o período de janeiro a março



Nesse contexto, o resultado positivo do primeiro trimestre deste ano representou uma reversão do prejuízo de 2020, mas uma retração de 98,1% ante o quarto trimestre de 2020.

"Os números demonstram a capacidade do nosso time de gerar resultados sustentáveis (...),

mesmo em um contexto desafiador. A Petrobrás continuará a trajetória de geração de valor, com gestão pautada na transparência, no diálogo e na racionalidade e com investimentos concentrados nos ativos em que somos reconhecidos", afirmou o novo presidente da companhia,

Joaquim Silva e Luna, que assumiu o cargo no mês passado.

Com o petróleo em alta e as vendas crescendo, a geração de caixa operacional da Petrobrás no primeiro trimestre deste ano, de R\$ 48,94 bilhões, representou um avanço de 30,5%, comparado a igual período do

ano passado.

As receitas de venda, de R\$ 86,17 bilhões, foram 14,2% maiores do que as do primeiro trimestre do ano passado, principalmente por conta do comércio de óleo diesel. Apenas a receita com o diesel foi de R\$ 25,1 bilhões, praticamente a metade de toda a arrecadação com o conjunto de derivados produzidos pela companhia.

Já o endividamento líquido, no primeiro trimestre, caiu de US\$ 63,17 bilhões para US\$ 58,42 bilhões, retração de 7,5% ante o trimestre anterior e queda de 20,1% em 12 meses.

Análise. "O resultado da Petrobrás é fruto do crescimento de preços dos derivados, mas também do crescimento da fatia do mercado de venda de diesel e gasolina. Por outro lado, mesmo com desvalorização do câmbio e aumento do (petróleo) Brent, a empresa teve queda nas receitas de exportação, em relação ao mesmo período de 2020", avaliou o coordenador técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (I-neep), Rodrigo Leão.

Vendas online dobram e levam Magalu ao lucro

Participação do e-commerce nas receitas da varejista superou 70% do total e compensou fechamento de lojas por 2ª onda de covid-19

O Magazine Luiza passou de prejuízo para lucro no primeiro trimestre, graças às vendas online, que dobraram no período. A companhia anunciou ontem lucro líquido recorrente de R\$ 81,5 milhões de janeiro a março, ante prejuízo de R\$ 8 milhões no mesmo período de 2020.

Sem considerar os ajustes, o lucro no período foi de R\$ 258,6 milhões. Já a geração de caixa (medida pelo Ebitda) saltou 56%, para R\$ 427,2 milhões em comparação com 2020.

Apesar do recrudescimento da pandemia da covid-19, que obrigou o grupo a fechar algumas de suas lojas no trimestre, as vendas subiram 62,8%, para

R\$ 12,5 bilhões, em dados que incluem o seu marketplace (que vende mercadorias de terceiros). A empresa disse, em comunicado, que suas vendas online representaram 70,3% do total, 17 pontos percentuais acima do ano passado, chegando a R\$ 8,8 bilhões.

Segundo o presidente executivo do Magazine Luiza, Frederico Trajano, a rápida integração dos varejos físico e digital da companhia, desde o fim de março de 2020, época da primeira onda da pandemia, se traduziu numa operação sustentável.

“A gente esperava já ter tido no primeiro trimestre um período pós-pandemia e não foi o



Agilidade. Trajano: 51% das entregas em um só dia

que aconteceu”, disse Trajano. “Mas ganhamos market share e conseguimos gerar caixa.”

O executivo citou que os investimentos do grupo em tecnologia e logística o ajudaram a elevar o percentual das entregas feitas em um dia de 5% para 51% do total em 12 meses. “Estamos acelerando muito os investimentos para reduzir ainda mais os prazos de entregas, que ainda estão longe do ideal, se compararmos com mercados como de EUA e China”, afirmou o executivo.

Segundo ele, além de bases de comparação mais fracas de 2020 a partir do segundo trimestre, quando as lojas físicas seguiram fechadas na maior parte do tempo, os resultados ao longo do ano devem refletir a expansão de iniciativas recentes, como a integração de serviços de supermercados e entrega de refeições, além do crescimento da rede de vendedores terceiros no marketplace, que já dobraram o número de itens para 30 milhões. / REUTERS

Amazon abre novo centro de distribuição

Sofia Aguiar

A gigante americana do comércio eletrônico Amazon anunciou ontem a abertura de um novo centro de distribuição em Cajamar, na Grande São Paulo, como parte de seu plano de expansão no Brasil.

A nova estrutura tem 57 mil metros quadrados (m²) de área. A previsão da companhia é gerar 450 novos empregos diretos na região. De acordo com Ricardo Pagani, diretor de operações da Amazon no Brasil, o investimento reflete a aposta da empresa no mercado brasileiro.

O novo investimento reforça os serviços da Amazon no Brasil, com o objetivo de fazer entregas mais rápidas e dar frete grátis para os clientes classificados como “Prime”. A expansão permite entregas a partir de dois dias a mais de 600 cidades para produtos com selo Prime, declarou Rafael

Ferreira, líder do programa FBA.

O FBA é um programa de logística que cria oportunidades para uma rede de parceiros de negócios que podem usar a estrutura da Amazon para armazenar e intermediar a entrega de seus produtos, em um serviço de marketplace.

Esses parceiros ganham a preferência no sistema da gigante do e-commerce, o que agiliza o envio para clientes em todo o País. Se venderem para clientes Prime, as entregas são gratuitas.

Na última terça-feira, a companhia havia anunciado que seu site brasileiro passaria a ter uma página exclusiva para compras internacionais, com o objetivo de simplificar o processo de aquisição e o acesso a mercadorias.

Para o prefeito de Cajamar, Danilo Joan, o novo centro de distribuição reforça a referência da empresa como um polo de logística e, sobretudo, o potencial nacional para atrair investimentos privados. Joan classificou a parceria como de “extrema relevância econômica para a cidade”, em especial por causa da geração de novos empregos.

Pfizer, Wajngarten e Anvisa reforçam na CPI indícios de negligência de Bolsonaro – FOLHA DE
SÃO PAULO – São Paulo – 14/05/2021



Carlos Murillo, gerente-geral da Pfizer na América Latina, depõe à CPI Jefferson Rudy/Agência Senado

Pfizer, Wajngarten e Anvisa reforçam na CPI indícios de negligência de Bolsonaro

Representante da farmacêutica disse nesta quinta que empresa fez em 2020 pelo menos cinco ofertas de doses de vacina ao Brasil

Renato Machado, Julia Chaib e Constança Rezende

BRASÍLIA O depoimento do gerente-geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, à CPI da Covid do Senado nesta quinta-feira (13) reforçou, junto com outros prestados nesta semana, os indícios de que o presidente Jair Bolsonaro negligenciou a pandemia.

O representante da Pfizer afirmou que a empresa fez em 2020 ao Brasil ao menos cinco ofertas de doses de vacinas contra o coronavírus e que o governo federal ignorou proposta para comprar 70 milhões de unidades do imunizante.

As falas de Murillo confirmam o que foi dito um dia antes na comissão pelo ex-secretário Fabio Wajngarten (Comunicação), segundo o qual o país deixou parada a negociação com o laboratório durante dois meses.

Na avaliação de senadores do grupo majoritário da CPI e integrantes da equipe do relator Renan Calheiros (MDB-AL), ambos os depoimentos, aliados ao do presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Antonio Barra Torres, indicam negligência por parte do presidente com medidas de combate ao coronavírus.

Barra Torres, em oitiva na comissão na terça (11), se contrapôs a discursos negacionistas de Bolsonaro e disse que barrou uma tentativa de mudar a bula da cloroquina para

to e setembro).

Segundo informou Murillo, foram entregues até o momento um total de 2,2 milhões de doses.

Em oitiva na comissão de investigação do Senado, o representante da Pfizer construiu uma linha do tempo. Segundo ele, as negociações com o Brasil começaram em maio, e a primeira oferta ocorreu em 14 de agosto. Depois, o laboratório fez mais duas ofertas, em 18 de agosto e 26 de agosto, ambas ignoradas pelo Executivo, como mostrou a Folha no início de março deste ano.

Nas três foram feitas propostas separadas de entregas de dois quantitativos: 30 milhões e 70 milhões de doses para entrega parcelada até o final de dezembro de 2021. "A proposta de 26 de agosto tinha validade de 15 dias. Passados 15 dias, o governo não rejeitou e nem aceitou a oferta."

As duas ofertas previam que ao menos 1,5 milhão de doses chegariam ao Brasil ainda em dezembro de 2020. Como a oferta foi ignorada, segundo Murillo, em novembro as negociações foram retomadas com mais duas propostas.

Desta vez, só estava na mesa a possibilidade de compra de 70 milhões de doses e não havia mais a chance de alguma vacina da Pfizer chegar em 2020. O Brasil receberia 8,5 milhões de doses nos dois primeiros trimestres de 2021.

Já neste ano, em 15 de fevereiro, a Pfizer fez nova oferta



Cronologia da Pfizer com o governo

Mai.2020	Primeiros contatos da Pfizer com o governo brasileiro
16.jul.2020	Fornecimento da "expressão de interesse" da Pfizer ao Ministério da Saúde
6.ago.2020	Ministério da Saúde manifesta "possível interesse" na vacina
7.ago.2020	Reunião da Pfizer com o Ministério da Economia
14.ago.2020	Pfizer faz a primeira oferta, com duas opções, 30 milhões de doses ou 70 milhões
18.ago.2020	Segunda oferta; empresa consegue adicional de entregas para o final de 2020
26.ago.2020	Terceira oferta, com um adicional de entrega para o 1º trimestre de 2021
12.set.2020	Pfizer envia carta ao governo brasileiro indicando interesse em chegar a um acordo
11.nov.2020	Quarta oferta pela proposta de 70 milhões de doses, sendo 2 milhões no 1º trimestre de 2021, 6,5 milhões no 2º trimestre, 32 milhões no 3º trimestre, e 29,5 milhões no 4º trimestre
24.nov.2020	Pfizer faz a mesma oferta, com algumas alterações contratuais, como na necessidade de ter o registro sanitário aprovado

indicá-la a casos de Covid-19.

Nesta quinta, Murillo disse à CPI que, se o contrato com a Pfizer empresa tivesse sido assinado pelo governo de Jair Bolsonaro em agosto do ano passado, o Brasil teria disponíveis 18,5 milhões de doses da vacina até o segundo trimestre (abril, maio e junho) deste ano.

Desse total, 4,5 milhões seriam entregues entre dezembro e março, começando com 1,5 milhão no último mês de 2020.

O Ministério da Saúde só firmou acordo com o laboratório em março, no qual adquiriu 100 milhões de doses, dos quais 14 milhões devem ser entregues até junho, e os 86 milhões restantes, no terceiro trimestre (julho, ago-

ao governo. Só havia uma proposta na mesa, para a compra de 100 milhões de doses. Mais uma vez, a gestão Bolsonaro não fechou o acordo.

Em 8 de março, de acordo com o representante da farmacêutica, foi feita mais uma oferta, semelhante à de fevereiro, para a entrega de 100 milhões de doses, sendo 14 milhões no segundo trimestre de 2021 e mais 86 milhões no terceiro trimestre —esta foi aceita pelo Brasil.

Murillo disse que só ficou confiante com o fechamento do acordo para o fornecimento da vacina com o governo brasileiro no dia 19 de março deste ano, quando o contrato de fato foi assinado.

Continua na pág. A6

15.fev.2021	Nova oferta de 100 milhões de doses: 8,7 milhões no 2º trimestre de 2021, 32 milhões no 3º trimestre e 59 milhões no 4º trimestre
22.fev.2021	Anvisa aprova o registro permanente da vacina
8.mar.2021	Oferta das 100 milhões de doses é aceita, com 14 milhões no 2º trimestre e 86 milhões no 3º trimestre
19.mar.2021	Contrato é assinado
23.abr.2021	Nova oferta para mais 100 milhões de doses no 3º trimestre de 2021. Representante da Pfizer diz que o segundo contrato está sendo finalizado nesta semana

Bolsonaro repete o filho, chama Renan de vagabundo e enxerga crime na CPI

Em Alagoas, com Arthur Lira e Fernando Collor, presidente chamou Lula de 'aquele ladrão de 9 dedos'

João Pedro Pitombo, Catia Seabra e Wagner Melo

SALVADOR, RIO DE JANEIRO E MACEIÓ
O presidente Jair Bolsonaro repetiu o filho senador, Flávio Bolsonaro (Republicanos-RR), e chamou o relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), de vagabundo nesta quinta (13) em Maceió.

"Sempre tem algum picareta, vagabundo, querendo atrapalhar. Se Jesus teve um traidor, temos um vagabundo inquirindo pessoas de bem no nosso país. É um crime o que vem acontecendo com essa CPI", disse o presidente em discurso no estado que é base eleitoral de Renan.

Na quarta-feira (12), a sessão da CPI foi encerrada após Flávio insultar Renan. No bate-boca, o filho do presidente chamou o senador alagoano de vagabundo. Mais tarde, em rede social, Jair Bolsonaro publicou trecho de vídeo com a discussão dos senadores.

Nesta quinta, pouco depois das declarações do presidente, o governador Renan Filho (MDB), que não compareceu aos eventos na capital, afirmou que o presidente age por desespero e ataca o Congresso por se sentir acurrado diante da investigação na CPI e da queda de popularidade.

"Por aqui, presidente, responderemos a esse tipo de violência com gestão resolutiva, obras com recursos próprios, contas organizadas, pri-



Bolsonaro entre os alagoanos Arthur Lira (dir.), presidente da Câmara, e Fernando Collor, senador, na inauguração do canal do Sertão. Alan Santos/Divulgação Presidência da República

orizando salvar vidas na pandemia e colocando sempre o povo acima dos interesses políticos. Vale informar ao Brasil, Alagoas resistiu!", disse em rede social.

Durante o ato em Maceió, apoiadores do presidente também gritaram "Renan vagabundo". Bolsonaro sorriu e aproveitou o ato para fustigar o ex-presidente Lula (PT), a quem chamou de "aquele ladrão de nove dedos".

Na quarta-feira, o Datafolha

apontou queda de popularidade do presidente, sobretudo no Nordeste. Na região, 62% dos entrevistados afirmaram que não votariam de jeito nenhum no presidente em 2022.

A pesquisa também mostrou Lula liderando a corrida eleitoral com 41% das intenções de voto, contra 23% de Bolsonaro. No segundo turno, Lula venceria Bolsonaro por 55% a 32%, desempenho puxado sobretudo pelas intenções de voto no Nordeste.

Nas inaugurações, o presidente cercou-se de adversários de Renan e Renan Filho. Participaram dos atos o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), o senador Fernando Collor (Pros) e o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PSB).

Aliados do presidente também fustigaram Lula. O ministro do Turismo, Gilson Machado, disse: "O nordestino gosta de governo, o nordestino não gosta de PT".

STF arquiva pedido de investigação do presidente por cheques a Michelle

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, arquivou nesta quinta-feira um pedido de investigação do presidente Jair Bolsonaro por causa dos pagamentos feitos por Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RR), à primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Ele atendeu a pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República)

para encerrar o caso. Marco Aurélio seguiu a jurisprudência da corte de que manifestações da Procuradoria contra apuração devem ser atendidas pelo tribunal.

No domicílio eleitoral do relator da CPI do Covid, Bolsonaro inaugurou obras que foram executadas e entregues pelo estado de Alagoas.

Embora duas das obras tenham sido contratadas pelo governo do estado, Renan Filho foi apenas informado, por e-mail do cerimonial da Presidência, sobre presença de Bolsonaro na inauguração de duas obras concluídas e já entregues pelo próprio governador. Uma delas, do Canal do Ser-

tão, custou R\$ 3,5 bilhões, em valores corrigidos, dos quais apenas R\$ 191 milhões liberados pelo governo Bolsonaro.

O maior desembolso para o projeto, iniciado em 2022, ocorreu no governo Dilma Rousseff (PT): R\$ 2,2 bilhões, em valores corrigidos. O governo Lula pagou outros R\$ 694,8 milhões.

O quinto trecho do canal, orçado em cerca de R\$ 400 milhões, não foi iniciado por falta de recursos. O trecho quatro, inaugurado por Bolsonaro, funciona desde março.

Já o viaduto, que Bolsonaro também inaugurou, foi liberado para o tráfego em dezembro. Contratada pelo governo Renan Filho, a obra foi majoritariamente financiada pelo governo Temer.

Dos R\$ 95 milhões investidos, R\$ 53 milhões foram liberados pelo governo Temer, R\$ 25 milhões foram pagas pelo governo estadual e R\$ 17 milhões foram repassados pela gestão Bolsonaro.

Bolsonaro participou ainda da entrega de 500 unidades habitacionais remanescentes do programa Minha Casa Minha Vida, rebatizado de Casa Verde e Amarela.

À tarde, foi à cidade de São José da Tapera. Como ocorreu em Maceió, foi recepcionado aos gritos de "Renan Vagabundo". Lá, voltou a defender o voto impresso.

Na sessão da CPI, Renan rebateu afirmou que a resposta às ofensas será o aprofundamento das investigações.

"Eu quero dizer a todos os pregressos que a minha resposta a esses ataques é esse número aqui, de vítimas da pandemia", disse, em referência, à placa com o número 428.256, que substituiu a indicação de seu nome na mesa da comissão.

Colaboraram: William Rocha, de São José da Tapera (AL), e Julia Chaib, de Brasília

14/05/2021

Alerta, Planalto aposta na economia contra PT

Após Datafolha, centrão e governo esperam que avaliação do presidente melhore com vacinação e agenda positiva

Julia Chaib, Ricardo Della Coletta e Washington Luiz

BRASÍLIA A pesquisa Datafolha para a corrida presidencial em 2022, divulgada nesta quarta-feira (12), deixou o Palácio do Planalto e congressistas do centrão em alerta. De acordo com o levantamento, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera a corrida para a Presidência da República com margem confortável no primeiro turno e venceria o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na segunda etapa.

O petista alcança 41% das intenções de voto no primeiro turno, contra 23% de Bolsonaro. Lula venceria o segundo turno com 55% dos votos, ante 32% do presidente.

Além disso, o governo Bolsonaro tem a aprovação de 24% dos brasileiros, a pior marca de seu mandato até aqui, segundo a pesquisa. Operculados dos que consideram a gestão ótima ou boa era de 30% no mês de março, quando foi realizado o levantamento anterior.

Os que rejeitam o atual governo, considerando-o ruim ou péssimo, eram 44% e são 45% na nova pesquisa, realizada nos dias 11 e 12 de maio, com 2.071 entrevistas presenciais em 146 municípios de todo o Brasil. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Além disso, o governo Bolsonaro tem a aprovação de 24% dos brasileiros, a pior marca de seu mandato até aqui, segundo a pesquisa. Operculados dos que consideram a gestão ótima ou boa era de 30% no mês de março, quando foi realizado o levantamento anterior.

Os que rejeitam o atual governo, considerando-o ruim ou péssimo, eram 44% e são 45% na nova pesquisa, realizada nos dias 11 e 12 de maio, com 2.071 entrevistas presenciais em 146 municípios de todo o Brasil. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

REPROVAM

63% entre quem ganha mais de dez salários mínimos

58% entre funcionários públicos

57% entre quem tem ensino superior

50% entre mulheres

No Congresso Nacional, representantes de siglas que dão sustentação ao governo federal afirmam que manterão o apoio a Jair Bolsonaro. Eles, no entanto, ressaltaram a necessidade de se buscar uma agenda positiva.

Integrantes da cúpula do PP, por exemplo, o maior partido do que faz parte do centrão, apostam que haverá uma retomada econômica no país e o lançamento de um novo programa social no próximo ano.

Esse entendimento é semelhante ao de assessores do Palácio do Planalto. Internamente, eles esperam que o avanço da vacinação contra a Covid contribua para impulsionar o crescimento da economia nos próximos meses.

Se isso ocorrer, haverá uma melhora na popularidade do presidente e uma vitória relativamente fácil, avaliam congressistas.

Apesar de se manterem otimistas, pessoas ligadas ao presidente reconhecem o desgaste do governo federal e consideram que a agonia de popularidade de Jair Bolsonaro se deve à economia em paralisação, às taxas de desemprego, à inflação em alta e à pandemia de Covid-19.

Questionado nesta quarta-feira, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) destacou que ainda falta muito tempo para as eleições.

"Falta quanto tempo para a melhora na popularidade do presidente e uma vitória relativamente fácil, avaliam congressistas.

Apesar de se manterem otimistas, pessoas ligadas ao presidente reconhecem o desgaste do governo federal e consideram que a agonia de popularidade de Jair Bolsonaro se deve à economia em paralisação, às taxas de desemprego, à inflação em alta e à pandemia de Covid-19.

Questionado nesta quarta-feira, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) destacou que ainda falta muito tempo para as eleições.

"Falta quanto tempo para a

aponta pesquisa do Datafolha. De acordo com o instituto, o ex-presidente teria 55% dos votos na etapa final, contra 32% do atual ocupante do Palácio do Planalto.

Mesmo eleitores que declaram intenção de votar em desafiados de Lula, como o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), tendem, em sua maioria, a apoiar o petista no segundo turno.

Declaram voto no ex-presidente 55% dos eleitores de Dória, contra 26% que apoiariam Bolsonaro. Uma parcela significativa, de 22%, votaria em branco ou nulo.

O levantamento foi realizado com 2.071 pessoas, de forma presencial, em 146 municípios, nos dias 11 e 12 de maio. O dado é significativo, uma vez que João Dória construiu sua carreira política com forte discurso antipetista, desde sua primeira campanha eleitoral, para prefeito de São Paulo, em 2016.



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia), em Brasília. Pedro Ladeira - 5.fev.21/Folhapress

eleição? Um ano e meio. Então tem muita água para rolar aí, vamos aguardar. Tem que ter paciência", afirmou, ao deixar o gabinete da Vice-Presidência.

O governo também enfrenta o desgaste provocado pela CPI da Covid, em andamento no Senado.

Nesta semana, os depoimentos do diretor-presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Antonio Barra Torres, e do secretário de Comunicação Fábio Wajngarten deixaram o presidente acuado.

A pesquisa Datafolha mostra ainda que temas relaciona-

dois à situação que o país enfrenta por causa do novo coronavírus têm abalado a imagem de Bolsonaro.

Entre os que declaram estar vivendo normalmente durante a pandemia, ele tem 36% das intenções de voto, um empate técnico com o ex-presidente Lula (33%). Do outro lado, aqueles que dizem estar totalmente isolados apoiam Lula de forma maciça (58%), contra apenas 8% de Jair Bolsonaro.

Outro dado negativo para o atual chefe do Executivo constatado no levantamento é a rejeição. De acordo com a pesquisa, Bolsonaro tem o maior índice entre todos os ad-

dois à situação que o país enfrenta por causa do novo coronavírus têm abalado a imagem de Bolsonaro.

Entre os que declaram estar vivendo normalmente durante a pandemia, ele tem 36% das intenções de voto, um empate técnico com o ex-presidente Lula (33%). Do outro lado, aqueles que dizem estar totalmente isolados apoiam Lula de forma maciça (58%), contra apenas 8% de Jair Bolsonaro.

Outro dado negativo para o atual chefe do Executivo constatado no levantamento é a rejeição. De acordo com a pesquisa, Bolsonaro tem o maior índice entre todos os ad-

dois à situação que o país enfrenta por causa do novo coronavírus têm abalado a imagem de Bolsonaro.

Entre os que declaram estar vivendo normalmente durante a pandemia, ele tem 36% das intenções de voto, um empate técnico com o ex-presidente Lula (33%). Do outro lado, aqueles que dizem estar totalmente isolados apoiam Lula de forma maciça (58%), contra apenas 8% de Jair Bolsonaro.

Outro dado negativo para o atual chefe do Executivo constatado no levantamento é a rejeição. De acordo com a pesquisa, Bolsonaro tem o maior índice entre todos os ad-

dois à situação que o país enfrenta por causa do novo coronavírus têm abalado a imagem de Bolsonaro.

Entre os que declaram estar vivendo normalmente durante a pandemia, ele tem 36% das intenções de voto, um empate técnico com o ex-presidente Lula (33%). Do outro lado, aqueles que dizem estar totalmente isolados apoiam Lula de forma maciça (58%), contra apenas 8% de Jair Bolsonaro.

Outro dado negativo para o atual chefe do Executivo constatado no levantamento é a rejeição. De acordo com a pesquisa, Bolsonaro tem o maior índice entre todos os ad-

dois à situação que o país enfrenta por causa do novo coronavírus têm abalado a imagem de Bolsonaro.

Entre os que declaram estar vivendo normalmente durante a pandemia, ele tem 36% das intenções de voto, um empate técnico com o ex-presidente Lula (33%). Do outro lado, aqueles que dizem estar totalmente isolados apoiam Lula de forma maciça (58%), contra apenas 8% de Jair Bolsonaro.

Outro dado negativo para o atual chefe do Executivo constatado no levantamento é a rejeição. De acordo com a pesquisa, Bolsonaro tem o maior índice entre todos os ad-

dois à situação que o país enfrenta por causa do novo coronavírus têm abalado a imagem de Bolsonaro.

Entre os que declaram estar vivendo normalmente durante a pandemia, ele tem 36% das intenções de voto, um empate técnico com o ex-presidente Lula (33%). Do outro lado, aqueles que dizem estar totalmente isolados apoiam Lula de forma maciça (58%), contra apenas 8% de Jair Bolsonaro.

Outro dado negativo para o atual chefe do Executivo constatado no levantamento é a rejeição. De acordo com a pesquisa, Bolsonaro tem o maior índice entre todos os ad-

dois à situação que o país enfrenta por causa do novo coronavírus têm abalado a imagem de Bolsonaro.

Entre os que declaram estar vivendo normalmente durante a pandemia, ele tem 36% das intenções de voto, um empate técnico com o ex-presidente Lula (33%). Do outro lado, aqueles que dizem estar totalmente isolados apoiam Lula de forma maciça (58%), contra apenas 8% de Jair Bolsonaro.

Outro dado negativo para o atual chefe do Executivo constatado no levantamento é a rejeição. De acordo com a pesquisa, Bolsonaro tem o maior índice entre todos os ad-

versários.

Se for considerada apenas a região Nordeste, o índice atinge 62%. Em seguida, aparecem Lula, com 36%, João Dória (PSDB), com 30%, e Luciano Huck (sem partido), que tem 29%.

Diante desse cenário, o Palácio do Planalto teme que novas pesquisas repitam os resultados apontados pelo Datafolha e causem um processo de perda de apoio do Bolsonaro junto ao centrão.

Para tentar reverter a situação, nomes ligados ao presidente da República defendem a utilização das redes bolsanaristas para desqualificar a pesquisa Datafolha e destacar que ela difere muito de levantamentos recentes, que mostram Lula e Bolsonaro em disputa acirrada.

De maneira geral, líderes do centrão avaliam que a sociedade está polarizada e que não deve surgir um terceiro nome como nova via na eleição de 2022.

A pesquisa Datafolha mostrou um terceiro lugar embo- lado no primeiro turno, em que aparecem o ex-ministro da Justiça Sérgio Moro (sem partido) com 7%, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) com 6%, o apresentador Luciano Huck (sem partido) com 4%, o governador João Dória (PSDB) com 3%, e empatados com 2% o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta (DEM) e o empre-

puta acirrada. De maneira geral, líderes do centrão avaliam que a sociedade está polarizada e que não deve surgir um terceiro nome como nova via na eleição de 2022.

Após ter sido imunizado com as duas doses contra a Covid-19, Lula viajou a Brasília na semana passada, onde participou de encontros com representantes de diversos partidos.

Além de contatos com a es- querdista, Lula também conver- sou com líderes do centrão e até do MDB, partido que capti- neou o impeachment contra a ex-presidente Dilma Rouseff (PT), em 2016.

O ex-presidente já iniciou as articulações para tentar recuperar o apoio de legendas que são consideradas peças chave para a eleição presidencial de 2022.

Após ter sido imunizado com as duas doses contra a Covid-19, Lula viajou a Brasília na semana passada, onde participou de encontros com representantes de diversos partidos.

Além de contatos com a es- querdista, Lula também conver- sou com líderes do centrão e até do MDB, partido que capti- neou o impeachment contra a ex-presidente Dilma Rouseff (PT), em 2016.

Membros do PT têm evitado entrar de cabeça na campanha antecipada, ressaltando que a agenda do partido é lidar com a pandemia, embora a viagem de Lula a Brasília, quando se reuniu com nomes do centrão e até aliados de Bolsonaro, tenha extrapolado a questão do auxílio emergencial e ganho do contorno eleitoral.

"Nossa centralidade nesse momento não é eleição, mas defender vacina para todos, emprego para todos, auxílio emergencial e que a CPI responsabilize Bolsonaro. A pesquisa é boa, mas há longo caminho pela frente", diz Jilmar Tatto, secretário de comunicação do PT.

"A gente não tem nem a definição de que Lula vai ser o candidato. Defendemos isso, mas depende dele", diz a presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR).

Para ela, a decepção com Bolsonaro se estende aque-



O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, conduz julgamento sobre exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Felipe Sampaio/Divulgação STF

STF impõe derrota para governo em causa bilionária sobre ICMS

Decisão, no entanto, poderia ter sido pior para União, que temia retroatividade ilimitada sobre cálculo

Matheus Teixeira

BRASÍLIA. O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta (13) que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins tem validade desde março de 2017, quando o tribunal firmou esse entendimento. O placar ficou em 8 a 3. O resultado do julgamento é considerado uma derrota para o governo federal, que pedia à corte que estabelecesse que a regra só poderia ser aplicada daqui em diante. O cenário não é o pior de todos para a União, que te-

prevaleceu o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia, que afirmou que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins deve ser contabilizada a partir do dia em que o STF fixou esse entendimento. Em relação ao marco temporal que inicia a vigência da nova regra, Cármen foi acompanhada por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Kassio Nunes Marques, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Edson Fachin, Rosa Weber

e a devolução de imposto pago nos últimos cinco anos, a decisão reduz um pouco o prejuízo à União, uma vez que a regra deve ser aplicada desde o último julgamento do tema, quatro anos e dois meses atrás. Antes mesmo do julgamento, havia incerteza sobre o real impacto financeiro no pior cenário para o governo. Segundo a Receita, o potencial impacto econômico está na ordem de R\$ 258,3 bilhões. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o governo estimou que o prejuízo ficaria na casa dos R\$ 229 bilhões.

imposto sobre circulação não incide também sobre eles. Rosa afirmou que a decisão deveria valer para todos os casos porque, caso o impacto financeiro desse ser levado em consideração pela corte, isso afetaria a maioria dos julgamentos tributários. Fachin seguiu a mesma linha: "Para atingir equilíbrio orçamentário à custa do contribuinte, a modulação propiciaria que as consequências jurídicas fossem preteridas em relação às financeiras", disse. A maioria da corte, porém,

Entenda

- Em 15 de março de 2017, o STF decidiu que o **ICMS não pode ser incluído na base de cálculo do PIS/Cofins**. A decisão teve efeito de repercussão geral, ou seja, passou a valer para todas as ações na Justiça.
- A **PGFN** (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) **recorreu** ao STF para tentar **restringir o impacto** da decisão sobre os **cofres públicos**.

nia uma retroatividade ilimitada para exclusão do imposto na base de cálculos das duas contribuições. Ainda assim, como a decisão já está valendo há quatro anos e dois meses, o impacto nas contas públicas deverá ser grande. A Fazenda Nacional estimava um prejuízo superior a R\$ 229 bilhões no pior cenário. O órgão ainda calcula o impacto para as contas públicas diante da decisão desta quinta. O prejuízo também deve diminuir um pouco porque a corte restringiu a determinação de não retroatividade da regra para quem entrou com ação judicial ou procedimento administrativo sobre o tema até 2017.

e Marco Aurélio votaram para não aplicar a chamada modulação de efeitos da decisão e defenderam que a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições deveria valer para todos os casos. Também houve divergência em relação ao modelo de exclusão do imposto. Kassio, Barroso e Gilmar foram vencidos ao votar para que a exclusão só ocorresse em cima do ICMS efetivamente pago, o que reduziria o prejuízo para o governo. Os demais formaram maioria mantiveram uma posição de que o cálculo deve ser feito em cima de todo o ICMS destacado, que tem um valor maior. Como a lei estabelece que o contribuinte só pode requerer

Em reunião com Fux sobre o tema, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que esse valor poderia passar de R\$ 245 bilhões. O encontro ocorreu a pedido de Guedes e fez parte de uma ofensiva do governo para evitar uma derrota no Supremo. A primeira derrota para a União sobre o tema foi em 2017, quando, por 6 votos a 4, o STF afirmou que o ICMS não faz parte do faturamento ou da receita da empresa e, por isso, deve ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais. Assim, os valores que as empresas pagam ao governo em PIS e Cofins devem ser reduzidos, uma vez que o

afirmou que, em respeito à segurança jurídica, o mais correto é definir que a regra passou a valer no momento em que o Supremo a fixou, em 2017. Em relação ao mérito, foi mantido o entendimento de 2017 no sentido de que o ICMS, um imposto estadual, não integra a base de cálculo das duas contribuições, que são de natureza federal, destinadas ao financiamento da seguridade social e incidem sobre a receita bruta das empresas. Prevaleceu o argumento da iniciativa privada de que o ICMS, por não se caracterizar como receita ou faturamento, a base de incidência do PIS e da Cofins, deve ser excluído do cálculo das contribuições.

- Nesta quinta (13), o STF decidiu que empresas que acionaram a Justiça **até 15 de março de 2017** têm direito à devolução do imposto cobrado a mais considerando o período de cinco anos anteriores à data da ação judicial.
- Para quem **procurou** o Judiciário **após** essa data ou ainda não buscou o ressarcimento, a exclusão vale **a partir de março de 2017**.
- O valor do imposto a ser recuperado deve levar em conta o **ICMS da nota fiscal**, e não o efetivamente pago.

Em nota divulgada após resultado desta quinta, o Ministério da Economia não informou o custo fiscal da decisão. Embora o Supremo tenha rejeitado parcialmente o pedido do governo e o veredito tenha potencial para impactar as contas públicas, a pasta tratou a decisão como uma vitória. "O encerramento desse julgamento resolve, definitivamente, a principal controvérsia tributária do país, sendo inequívoco que o parcial acolhimento dos embargos opostos pela Fazenda Nacional reduzirá o gigantesco impacto que o acórdão, sem essa ressalva, teria sobre as finanças públicas", disse a pasta.

Decisão ainda pode beneficiar quem não entrou com ação

SÃO PAULO. O entendimento do STF sobre o alcance da decisão que retirou o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins ainda pode beneficiar empresas que não buscaram o ressarcimento dos tributos federais. Contribuintes que calcularam seus créditos com base no ICMS efetivamente pago e não sobre o destacado na nota fiscal também podem pleitear a diferença. No entendimento do STF, as empresas têm direito à devolução do imposto cobrado a mais considerando o período de cinco anos anteriores à data da ação judicial (somado ao prazo da ação), caso tenham acionado a Justiça até 15 de março de 2017. Para quem procurou o Judiciário após essa data ou ainda não buscou o ressarcimento, a exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins só vale a partir de março de 2017. Para receber os valores, as empresas devem ter a decisão judicial transitada em julgado e habilitar os créditos para compensação na Receita ou fazer a execução judicial para emissão de precatório para devolução do dinheiro. "Existem esses dois cami-

nhos. As empresas vão avaliar o que lhes convém", diz Gláucia Lauletta Frascino, sócia e especialista em direito tributário do escritório Mattos Filho. "Essa discussão do destacado ou do pago era irrelevantíssima do ponto de vista econômico", afirma Pedro Teixeira de Siqueira Neto, sócio do escritório Bichara Advogados. Segundo ele, as empresas que entraram com o pedido administrativo na Receita Federal para habilitação do crédito podem retificar a qual para ser compensado. Aquelas que executaram judicialmente para emissão de precatório podem fazer uma nova execução para considerar a diferença para o valor integral. Eduardo Cucolo

PAULO – São Paulo – 14/05/2021

Relator retira da reforma de servidor impedimento ao acúmulo de cargos

Deputado Darci de Matos considera dispositivo inconstitucional e também remove poder do presidente para extinguir autarquias

Danielle Brant

BRASÍLIA O deputado Darci de Matos (PSD-SC), relator da reforma administrativa na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, retirou do texto o impedimento para que servidores pudessem acumular o cargo público com outras atividades remuneradas.

Ele também considerou inconstitucional o dispo-

sitivo que dava ao chefe do Executivo o poder de extinguir ou fundir autarquias.

O relator protocolou seu parecer na terça-feira (11). A expectativa era que o texto fosse lido nesta quinta-feira (13) na reunião da CCJ, mas a presidente da comissão, deputada Bia Kicis (PSL-DF), afirmou que, por dificuldades técnicas, a reunião seria transferida para a próxima segunda-feira (17).

O relatório de Darci de Matos tem como objetivo dizer se a reforma administrativa viola ou não princípios constitucionais. O parecer final concluiu que a proposta é admissível, com duas emendas para corrigir os dispositivos que o deputado considerou inconstitucionais.

A primeira diz respeito à vedação a que servidores acumulem cargo público

+ ENTENDA A REFORMA

- Proposta cria diferentes tipos de vínculo

- Estabilidade ficará restrita a um deles: cargo típico de Estado

- As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada

- É criada a possibilidade de cargo por tempo indeterminado, sem estabilidade e dependente de concurso

- Governo quer avaliar o servidor antes de assumir o cargo público efetivo

tucional porque as “entidades desempenham atividades administrativas de forma descentralizada, elas são vinculadas e não subordinadas aos ministérios, e possuem personalidade jurídica própria”.

“A possibilidade de extinção dessas entidades mediante decreto do chefe do Poder Executivo acarretaria grave alteração no sistema de pesos e contrapesos, insito ao

modelo de separação de poderes e ao controle da Administração Pública pelo Poder Legislativo”, complementou.

Sobre o resto da proposta, o relator não viu inconstitucionalidade. Em relação ao vínculo de experiência para cargos típicos de Estado, por exemplo, afirmou que o tema deve ser aprofundado na comissão especial para que seja aprimorado.

No entanto, disse que não se pode afirmar juridicamente nesta fase do processo legislativo que criar o vínculo de experiência violaria direitos e garantias individuais. “Conforme demonstrado anteriormente, não há direito adquirido a regime jurídico para futuros servidores da Administração Pública”, ressaltou.

Além disso, sobre a ausência de membros do Executivo, Legislativo, Judiciário e militares

O pacote atinge futuros servidores dos três Poderes na União, estados e municípios, mas preserva categorias específicas. Juizes, procuradores, promotores, deputados e senadores serão poupados nas mudanças de regras.

O governo argumenta que essas categorias obedecem a normativos próprios, que não podem ser alterados por sugestão do Poder Executi-

vo. Eventuais mudanças para elas precisariam ser propostas pelos próprios órgãos ou incluídas pelo Congresso.

Nos planos do governo, também estão a redução das remunerações de entrada no serviço público e a ampliação do número de faixas de salário para evolução ao longo da carreira. Esses pontos devem ser tratados em projetos que serão apresentados em um segundo momento.

O texto torna mais rigoroso o processo de seleção para entrada em um cargo público. Hoje, a pessoa aprovada passa por três anos de estágio probatório, que usualmente não cria nenhum impedimento para a nomeação efetiva.

Com a nova regra, a pessoa passará por dois anos com um vínculo mais frágil, considerado de experiência, e mais um ano de estágio probató-

com qualquer outra atividade remunerada.

Na avaliação do relator, a expressão impede que um ocupante de cargo típico de Estado possa exercer uma atividade remunerada de músico, “mesmo que essa atividade não comprometa sua jornada e suas atividades no cargo público”.

“No entanto, impedir que esse servidor exerça qualquer outra atividade remunerada representa uma restrição flagrantemente inconstitucional que não se justifica por ser o único tipo de vínculo da presente Proposta de Emenda à Constituição a continuar tendo direito a estabilidade”, indicou o deputado.

Por isso, o relator suprimiu a expressão “a realização de qualquer outra atividade remunerada, inclusive”.

Outro trecho que considerou inconstitucional trata da extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica. Darci de Matos disse não ser admissível do ponto de vista consti-

• Proposta impede demissões por questões partidárias

• Presidente pode reorganizar autarquias e fundações, reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo e extinguir órgãos

• Servidores públicos em atividade no momento da aprovação das medidas não serão impactados

na PEC, afirmou que a omissão não viola o dispositivo de direitos e garantias individuais da Constituição Federal.

“Além da diversidade jurídica dos regimes aplicáveis a cada segmento referido, já admitidos pela Carta Magna, competirá a Comissão Especial debater o tema, sugerindo eventuais emendas à Proposta de Emenda à Constituição.”

O deputado também afirmou não ver na reforma nada que ofenda a forma federativa de Estado ou a separação de Poderes.

A reforma proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, e abre caminho para o fim da estabilidade em grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras.

Sem efeito sobre os atuais servidores e dependente de futuras regulamentações para mudar regras consideradas sensíveis, a medida não deve gerar economia aos cofres públicos no curto prazo.

rio. Após as etapas, o governo selecionará os aprovados de acordo com as vagas disponíveis e a classificação aferida após o período de experiência.



Impedir que esse servidor exerça qualquer outra atividade remunerada representa uma restrição flagrantemente inconstitucional que não se justifica por ser o único tipo de vínculo da presente PEC a continuar tendo direito a estabilidade

Darci de Matos (PSD-SC)

relator da reforma administrativa na CCJ da Câmara

– 14/05/2021

Atividade encolhe 1,59% em março com pandemia, diz BC

IBC-Br, no entanto, vem melhor que a queda de 3,4% esperada pelo mercado

Larissa Garcia

BRASÍLIA A atividade econômica encolheu 1,59% em março, segundo o indicador IBC-Br do BC (Banco Central) divulgado nesta quinta-feira (13). O mês foi marcado por nova rodada de lockdowns em diversas cidades do país em razão do agravamento da pandemia de Covid-19.

O indicador, contudo, veio melhor que as projeções do mercado para o período. Economistas consultados pela Bloomberg esperavam queda de 3,4% em março.

Em fevereiro deste ano, a atividade cresceu 1,88%. Em janeiro, a alta foi de 0,91%.

No primeiro trimestre do ano, o setor produtivo acumulou crescimento de 2,3%, puxado pelos resultados de janeiro e fevereiro. No acumulado dos 12 meses ter-

minados em março, houve queda de 3,37% no indicador.

O índice é medido em pontos e chegou a 140,16 no mês. Embora tenha registrado queda mensal, o nível é maior que os registrados nos meses anteriores à chegada do vírus no país.

De acordo com o BC, em janeiro de 2020, a atividade marcava 138,15 pontos e em fevereiro foi a 139,36%. A partir de então, começou a cair e chegou ao menor nível em abril, com 119,93 pontos.

Os dados podem ser diferentes dos informados anteriormente porque a série passa por revisões frequentes.

O número foi calculado com ajuste sazonal, que remove especificidades de um mês, como número de dias úteis, para facilitar a comparação com outros períodos.

Após o início da pandemia,

o fechamento dos comércios e o distanciamento social afetaram a economia. Com a reabertura e flexibilização das medidas restritivas, a atividade entrou em ritmo de recuperação, que foi novamente impactado com os novos lockdowns.

Em março do ano passado, quando o vírus chegou ao país, houve redução de 5,90% no setor produtivo, segundo informado na época, já sob efeito do distanciamento social. Após a última revisão, a variação foi para queda de 5,6%.

Com a população em casa, o consumo diminuiu e a atividade econômica despencou.

O pior resultado foi registrado em abril de 2020, quando a economia caiu 9,73% (9,82% com revisão), nível mais baixo desde outubro de 2006 e maior queda entre um mês e outro em toda a série

histórica, iniciada em 2003.

Maior já trouxe resultado positivo em relação a abril, de 1,39% (1,62% revisado), mas ficou aquém das expectativas do mercado, que eram de 4,5%.

O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

O indicador do BC leva em conta o desempenho dos principais setores da economia: indústria, agropecuária e serviços.

Os indicadores medidos pelo IBGE também registraram queda em março.

Os serviços recuaram 4% e voltaram ao nível pré-pandemia. A indústria recuou 2,4% no mesmo período, e as vendas do varejo, 0,6%.

– 14/05/2021

Petrobras sai de prejuízo e lucra R\$ 1,2 bi no 1º trimestre

Estatal amplia receita com preços mais altos do petróleo e dos combustíveis

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Com um balanço impactado positivamente pelos elevados preços do petróleo e dos combustíveis, mas com efeitos negativos da desvalorização do real, a Petrobras registrou lucro de R\$ 1,2 bilhão no primeiro trimestre.

Desconsiderando efeitos não recorrentes, como o efeito do dólar caro sobre sua dívida, o lucro teria sido de R\$ 1,6 bilhão, informou a empresa nesta quinta (13). No primeiro trimestre de 2020, com revisões contábeis no valor dos ativos após o início da pandemia, a empresa tivera prejuízo de R\$ 48,5 bilhões.

“Os números demonstram a capacidade do nosso time de gerar resultados sustentáveis para os nossos investidores e para a sociedade em geral, mesmo em um contexto desafiador”, disse, no balanço, o presidente da estatal, o

general Joaquim Silva e Luna.

Silva e Luna assumiu o comando da Petrobras em abril, já após o fim do trimestre, em uma conturbada troca de comando que derrubou ações da empresa e gerou debanda inédita no conselho de administração, com cinco membros declinando de convite para permanecer nos cargos. Entre janeiro e março, ainda na gestão do então presidente Roberto Castello Branco, a Petrobras promoveu uma série de reajustes em suas refinarias, com alta acumulada de 35% e 28% nos preços da gasolina e do diesel, respectivamente, gerando um movimento de insatisfação entre caminhoneiros e na base de apoio do governo.

No balanço divulgado nesta quinta, a estatal diz que operou no primeiro trimestre em um cenário de preços do petróleo melhores do que no mesmo período do ano

A Petrobras sob Bolsonaro

	Lucro líquido, em R\$ bilhões	Dívida bruta, em US\$ bilhões	Produção de petróleo e gás, em milhões de barris de óleo equivalente
1º tri.19	4,031	106	2,54
2º tri.19	18,866	101	2,63
3º tri.19	9,087	89,9	2,88
4º tri.19	8,153	87,1	3,02
1º tri.20	-48,523	89,2	2,91
2º tri.20	-2,713	91,2	2,80
3º tri.20	-1,546	79,6	2,95
4º tri.20	59,890	75,5	2,68
1º tri.21	1,167	71	2,76

Fonte: Petrobras

anterior e vendeu os combustíveis que produz a um preço médio de R\$ 350 por barril, 22,1% acima do verificado nos primeiros três meses de 2020.

Assim, sua receita subiu 14,2%, para R\$ 86,1 bilhões e seu Ebitda, indicador que mede a geração de caixa, avançou

29,3%, para R\$ 47,7 bilhões. O desempenho, diz a estatal, reflete as maiores margens de lucro tanto nas vendas de petróleo quanto nas de combustíveis, apesar dos menores volumes comercializados.

O desempenho favorável nos preços do mercado inter-

no durante o primeiro trimestre, porém, foi parcialmente compensado pelo impacto negativo de R\$ 8,7 bilhões da variação cambial sobre sua dívida, 12,3% acima do registrado no mesmo período de 2020.

A Petrobras fechou o trimestre com dívida bruta de US\$ 70,9 bilhões (R\$ 388 bilhões, pelo dólar médio de vendas no período), queda de 20,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. “São números muito fortes e que demonstram que estamos no caminho certo”, disse à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) o diretor Financeiro da companhia, Rodrigo Araújo Alves.

“Vamos continuar com foco total nas estratégias estabelecidas em nosso Plano Estratégico, gerando valor em todas as nossas operações e projetos e administrando nosso portfólio com o objetivo de maximizar retornos para nossos acionistas e demais stakeholders [públicos de interesse].”

No primeiro trimestre, a Petrobras produziu 2,765 milhões de barris de petróleo e gás por dia, queda de 5% em relação ao primeiro trimestre de 2020, resultado de vendas de ativos de produção e declínio natural de campos produtores. Na comparação

com o quarto trimestre de 2020, houve alta de 3,1%.

A área de exploração e produção de petróleo e gás teve lucro de R\$ 21,5 bilhões, ante prejuízo de R\$ 30,2 bilhões no mesmo trimestre de 2020, também sob o efeito de reversão nas expectativas de receita futura com a queda do preço do petróleo após o início da pandemia.

Já área de refino, que é responsável pelas vendas de combustíveis e exportação de petróleo, lucrou R\$ 6,9 bilhões, revertendo prejuízo de R\$ 3,4 bilhões nos primeiros três meses de 2020.

Embora tenha sido nomeado em meio a críticas sobre a política de acompanhamento das cotações internacionais do petróleo, Silva e Luna disse em sua posse que respeitaria a paridade internacional de preços e que o desafio da empresa é “conciliar interesses de consumidores e acionistas”.

Em sua manifestação no balanço do primeiro trimestre, ele voltou a sinalizar continuidade em relação à gestão anterior: “A Petrobras continuará a trajetória de geração de valor, com uma gestão pautada na transparência, no diálogo e na racionalidade e com investimentos concentrados nos ativos em que somos reconhecidos como líderes mundiais”.

PAULO – São Paulo – 14/05/2021

Pandemia reduz despesas de planos de saúde, e reajuste deve ser menor

Receitas cresceram e gastos com procedimentos eletivos caíram em 2020, segundo agência

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Dados da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) apontam que, em 2020, as receitas referentes à assistência médica de planos das operadoras de saúde cresceram, enquanto as despesas e a taxa de sinistralidade diminuíram na comparação com 2019.

A queda nas despesas, segundo a ANS, foi motivada pela pandemia de Covid-19, já que foram realizados menos procedimentos eletivos como consultas, exames e cirurgias.

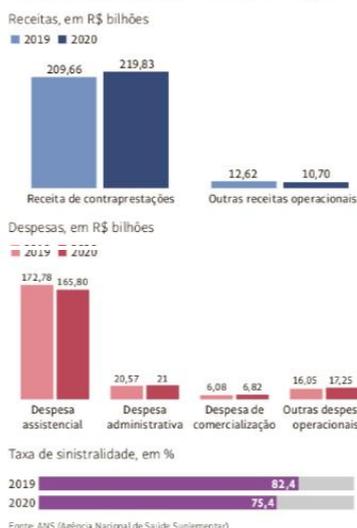
A taxa de sinistralidade, que diz respeito ao pagamento do atendimento da assistência (gastos com prestadores de serviço, médicos, hospitais e clínicas), caiu de 82,4% para 75,4% no período.

Já o aumento da receita relativa às contraprestações pode ser atribuído ao crescimento do número de beneficiários, também observado em 2021.

Dados da agência mostram que, em março de 2021, o setor registrou 47,977,271 usuários em planos de assistência médica.

Nos planos médico-hospitalares, houve incremento

Receitas e despesas dos planos de saúde no país



de 862.970 beneficiários em um ano — um aumento de 1,83% — em relação a março de 2020.

Esse aumento ocorreu em todas as modalidades de contratação, mas foi mais expressivo nos planos coletivos empresariais (2,47%).

Entre os estados, no comparativo com março de 2020, o setor registrou aumento de beneficiários em 19 unidades federativas, com destaque para São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

A expectativa agora é pelo reajuste dos planos de saúde individuais e familiares. O percentual, que é definido pela ANS, está em cálculo e será divulgado após manifestação do Ministério da Economia.

O órgão afirmou nesta quarta (12) que ainda não foi instado pela ANS a se manifestar em relação ao assunto.

O percentual de aumento será aplicável aos planos com aniversário entre maio deste ano e abril de 2022.

"O momento de pandemia é muito delicado, porque ela agrava uma situação econômica que o país já vinha sofrendo. Se a sinistralidade

caiu e por conta disso as operadoras tiveram uma margem grande de receita, é razoável que os reajustes sejam seguros", diz Walter Cintra, professor do curso de especialização em administração hospitalar e de sistemas de saúde da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

"É óbvio que as operadoras vão alegar, até com alguma razão, que esses casos todos estão repressados e vão pressio-

“
Se a sinistralidade caiu e por conta disso as operadoras tiveram uma margem grande de receita, é razoável que os reajustes sejam seguros

Walter Cintra professor do curso de especialização em administração hospitalar da FGV

nar a sinistralidade lá na frente. Então é preciso encontrar um ponto de equilíbrio que mantenha a coisa sustentável. A minha expectativa é que a agência, se autorizar algum reajuste, será pequeno", afirma Cintra.

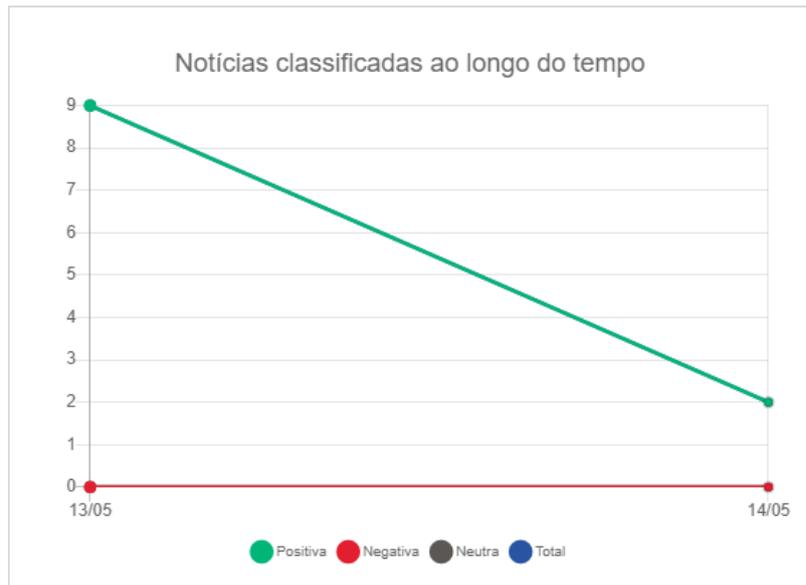
Nos planos coletivos, a negociação é feita entre a empresa contratante e a operadora de saúde. O aumento deve seguir os normativos vigentes e o que é disposto em contrato.

No caso dos coletivos com até 29 beneficiários, a ANS estabelece uma regra específica de agrupamento de contratos — até 29 vidas de uma mesma operadora devem receber o mesmo percentual de reajuste anual.

As operadoras deverão seguir regras para aplicação dos reajustes coletivos — obrigatoriedade de comunicação do índice aplicado e de informações no boleto de pagamento e fatura; periodicidade do reajuste e impossibilidade de discriminação de preços e reajustes entre beneficiários de um mesmo contrato e produto; obrigatoriedade de disponibilização à pessoa jurídica contratante da memória de cálculo do reajuste e metodologia utilizada com o mínimo de 30 dias de antecedência da data prevista para a aplicação do reajuste.

Após a efetiva aplicação do reajuste em contrato coletivo, os consumidores podem solicitar formalmente à administradora de benefícios ou à operadora a memória de cálculo e a metodologia utilizada, que tem prazo máximo de dez dias para o fornecimento.

GRÁFICOS



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTPS://BLOG.FLAVIOMARINHO.COM.BR/	2
HTTPS://WWW.NATAL.RN.GOV.BR/	2
HTTP://TURISMOEMPAUTA.TUR.BR/	1
HTTP://WWW.TRIBUNADENOTICIAS.COM.BR/	1
HTTPS://AGORARN.COM.BR/	1

